

Os pilares institucionais da prosperidade



Fernando del Río

Universidade de Santiago de Compostela

Os pilares institucionais da prosperidade

Fernando Del Río

Universidade de Santiago de Compostela

Publicado pelo European Liberal Forum asbl, com o apoio da Asociación Galega pola Liberdade e a Democracia (galidem) e o Movimento Liberal Social (MLS).

Financiado polo Parlamento Europeo.

O Parlamento Europeu não é responsável pelo conteúdo da publicação. Os pontos de vista expressos na publicação são apenas dos respectivos autores e não reflectem necessariamente os pontos de vista do European Liberal Forum asbl.

copyright @ 2012 European Liberal Forum asbl, Bruxelas, Bélgica.

Esta publicação só pode ser reproduzida, arquivada ou transmitida em qualquer formato ou por quaisquer meios, com a autorização prévia por escrito do editor. Quaisquer questões relacionadas com a reprodução fora destes termos devem ser enviadas ao European Liberal Forum. Uma cópia digital desta publicação poderá ser obtida gratuitamente em www.liberalforum.eu , www.galidem.eu ou www.liberal-social.org.

Para informações adicionais e distribuição:

galidem - Asociación Galega pola Liberdade e a Democracia

Rua do Bispo Lago 33,

E36700 Tui (Galiza), Espanha

www.galidem.eu

galidem@galidem.eu

MLS - Movimento Liberal Social

Rua Ramalho Ortigão, 31, CV DTA

1070-228 Lisboa . Portugal

www.liberal-social.org

secretariado@liberal-social.org

Ficha Técnica:

Título: Os pilares institucionais da prosperidade

Série: Unidades Didáticas sobre Liberalismo. I. Pensamento Liberal.

Autor: Fernando Del Río

Editor: European Liberal Forum asbl

Tradução: Mauro Giménez Fernández

Impressão: *Faster Print*

Palavras-chave: prosperidade, instituições, liberalismo, liberal, economia, pensamento liberal.

Índice

1.	Introdução	p. 1
2.	Um conto de duas ilhas	p. 3
3.	O que são as instituições?	p.10
4.	Procura de lucros vs. procura de rendas	p.13
5.	As funções das boas instituições	p.16
5.1.	A pedra angular: proteger a propriedade	p.16
5.2.	Não impor barreiras ao comércio	p.19
5.3.	Reduzir o risco	p.22
5.4.	Não conceder privilégios legais	p.25
6.	Evolução institucional	p.33
7.	Conclusões	p.38
	Para saber mais...	p.40
	Resumo	p.41
	Atividades	p.43

1

Introdução

Os economistas sempre se têm preocupado por averiguar as causas da prosperidade das nações. Não por acaso o livro do economista escocês Adam Smith -considerado o pai da economia moderna- intitulou-se "An Inquiry into the Nature and Cause of the Wealth of Nations". Desde a sua publicação em 1776 tem decorrido muito tempo. E ainda hoje esta questão causa dores de cabeça aos economistas.

A estrutura de incentivos confrontada pelos indivíduos nas suas interações sociais condicionam o que farão e, portanto, determinam se as suas ações serão traduzir no progresso económico e social de uma nação. Um incentivo é algo que motiva um indivíduo a realizar uma ação. Se os indivíduos têm incentivos a acções que beneficiem os outros então a sociedade prosperará, mas se os indivíduos têm incentivos a realizar ações improdutivas ou que prejudiquem os outros então a sociedade fracassará.

O principal determinante dos incentivos que enfrentam as pessoas são as normas que regulam as interações humanas. As regras do jogo. Denominadas instituições pelos economistas. Segundo sejam estas regras, os incentivos serão diferentes e, assim, diferirá o comportamento humano. No jogo de futebol é proibido e é castigado dar pontapés. Os indivíduos estão assim incentivados para não agredir o contrário, a driblar, a passar a bola em curto... E todas essas ações configuram finalmente um estilo de jogar atrativo seguido por centenas de milhões de pessoas em todo o mundo. Pelo contrário, se no jogo de futebol fosse permitido dar pontapés, os indivíduos teriam incentivos para agredir ao contrário, não tentariam driblar diante do temor de receber um pontapé, primaria o chute longo para tirar de cima rapidamente a bola... O resultado seria um jogo violento e chato em que ninguém teria interesse. Pois, do mesmo modo que as regras do futebol condicionam o estilo de jogo, as instituições condicionam os resultados de uma sociedade.

Nesta unidade didáctica vamos analisar a questão das instituições e vamos analisar o seu papel na prosperidade ou fracasso das nações. Colocamos de manifesto quais devem ser as funções que devem ser realizadas pelas instituições que situem uma sociedade no caminho da prosperidade e vamos analisar quais são as razões de que as sociedades adotem melhores ou piores instituições. Como veremos ao longo desta unidade, as boas instituições devem proteger a propriedade privada, não impedir os acordos livres e voluntários, minimizar o risco e não conceder privilégios legais a pessoas ou grupos de pessoas que lhes permitam realizar atividades prejudiciais para os outros.

O caminho institucional de uma sociedade para a prosperidade está cheio de buracos e obstáculos, porque as instituições que imperam numa sociedade são o produto do conflito entre grupos de interesses que procuram instaurar as instituições que lhes permitam abordar da melhor forma possível os seus interesses. As mudanças institucionais, na medida em que colocam em tela de juízo esses interesses, são boicotadas por estes grupos.

Esta unidade é organizada como segue. Na Seção 2 uma fábula ilustra como trabalham as instituições. A Seção 3 define o conceito de instituição e os objetivos que devem perseguir as instituições que pretendam servir de base para a prosperidade. A seção 4 é dedicada a estabelecer a diferença entre atividades de procura de renda e atividades de procura de lucros. As funções que devem realizar as instituições que favoreçam a prosperidade são discutidas na Seção 5. A Seção 6 aborda a questão da evolução institucional. Na Seção 7 as conclusões.

2

Um conto de duas ilhas

Eram uma vez duas ilhas, Decadência e Prosperidade. O ministro da Economia da Ilha Decadência, preocupado com a situação económica do país, foi a International Consulting Corporation (ICC) para encomendar um relatório sobre a situação económica do seu país. Estava verdadeiramente preocupado. A economia de seus vizinhos da Ilha Prosperidade ia de vento em popa. Porém, Ilha Decadência era pobre. O ministro queria conhecer as causas de tal divergência.¹

Contabilidade

Os economistas da ICC puseram imediatamente mãos à obra. Sua primeira tarefa foi arrecadar todas as informações ao seu dispor sobre ambas as ilhas que resumiram na Ficha da Figura 1. A estrutura produtiva das duas ilhas é bastante semelhante, pois se dedicam à produção de leite em fazendas usando máquinas ordenhadeiras elétricas e operários.

- **Decadência** é uma monarquia absoluta. 40 pessoas são operários nas fazendas e dispõem de cinco ordenhadeiras elétricas. Em Decadência existe um problema com o roubo de gado. Para defender-se dos roubos as fazendas têm empregados 20 guardas de segurança armados com 5 espingardas. O rei tem um luxuoso palácio. A administração real tem 20 burocratas. Em Ilha Decadência produzem anualmente 500 litros de leite.

Figura 1: Ficha técnica de Decadência e Prosperidade

	Decadência	Prosperidade
Regime político	Monarquia absoluta	República Parlamentar
População	100 pessoas	80 pessoas
PIB (Y)	500 litros (1 euro)	4000 litros (1 euro)
Emprego (L)	40 operários 20 guardas de segurança	50 operários 20 veterinários
	20 burocratas	10 burocratas
Capital (K)	5 ordenhadeiras (50 euros) 5 espingardas (50 euros)	100 ordenhadeiras (50 euros) 10 facultades (500 euros)
	1 palácio (500 euros)	

¹ Esta história está tomada do livro de David N. Weil "Economic Growth" editado em 2005 por Pearson Addison Wesley.

- **Prosperidade** é uma república parlamentar. Há 50 operários de ordenhadeiras, 20 veterinários e 10 burocratas. Não há roubos, pelo que não necessitam de guardas de segurança ou espingardas. Possuem 100 ordenhadeiras. Dez faculdades de veterinária formam os futuros veterinários. Em Ilha Prosperidade produzem anualmente 4000 litros de leite.²

Para levar a cabo a sua análise os economistas da ICC usam os fundamentos analíticos que possuem. Em particular, supõem que a produção de cada ilha é uma função do capital e do trabalho que usam. A função de produção que supõem é

$$(1) \quad Y = AK^\alpha L^{1-\alpha}$$

Onde Y é a produção, K é o capital usado na produção, L é o número de trabalhadores, α é um número entre 0 e 1 e A é uma variável que determina a capacidade que tem uma economia de transformar insumos em produto, pois quanto maior é A maior quantidade de produto pode ser obtida a partir da mesma quantidade de insumos (capital e trabalho). A variável A é conhecida como a produtividade total dos fatores.

Após um pouco de álgebra a equação (1) pode-se rescrever como:

$$(2) \quad \frac{Y}{L} = A \left(\frac{K}{Y} \right)^{\alpha/(1-\alpha)}$$

O que aparece no lado esquerdo da equação é a produção por trabalhador, que chamaremos produtividade e que depende de duas variáveis: (i) o rácio capital-produção (K/Y) e (ii) a produtividade total dos fatores (A).

Os economistas da ICC já estão prontos para dar contas. Divide-se o valor da produção pelo número de trabalhadores e o resultado é que a produtividade em Ilha Prosperidade é de 50 euros e em Ilha Decadência é apenas de 6,25 euros, o 12,5% da Ilha Prosperidade. De acordo com os seus fundamentos analíticos esta diferença pode ser explicada tanto por diferenças no rácio capital-produção (K/Y) e na produtividade total dos fatores (A).

O rácio capital-produção em Ilha Prosperidade é 2,5 (resultado de dividir o valor do capital, que é 10.000, pelo valor da produção, 4000 euros) e na Ilha Decadência são 2 (resultado de dividir o valor do

² Os preços de cada ordenhadeira (50 euros), de cada espingarda (50 euros), o palácio (500 euros), de cada faculdade (500 euros) e de cada litro de leite (1 euros) aparecem na Ficha 1.

capital, que é 1000, pelo valor da produção, 500 euros). Portanto, o rácio capital-produto da Ilha Decadência é 80% do da Ilha Prosperidade. Os economistas da ICC para continuar com seus cálculos conjecturaram que o valor de α é $1/3^3$. Podem então calcular a contribuição de diferenças no rácio capital-produto à diferença observada na produtividade. Simplesmente computam a raiz quadrada de 0,80, que dá 0,89. Ou seja, devido à diferença no rácio capital-produto a produtividade de Decadência é 89% da produtividade de Prosperidade.

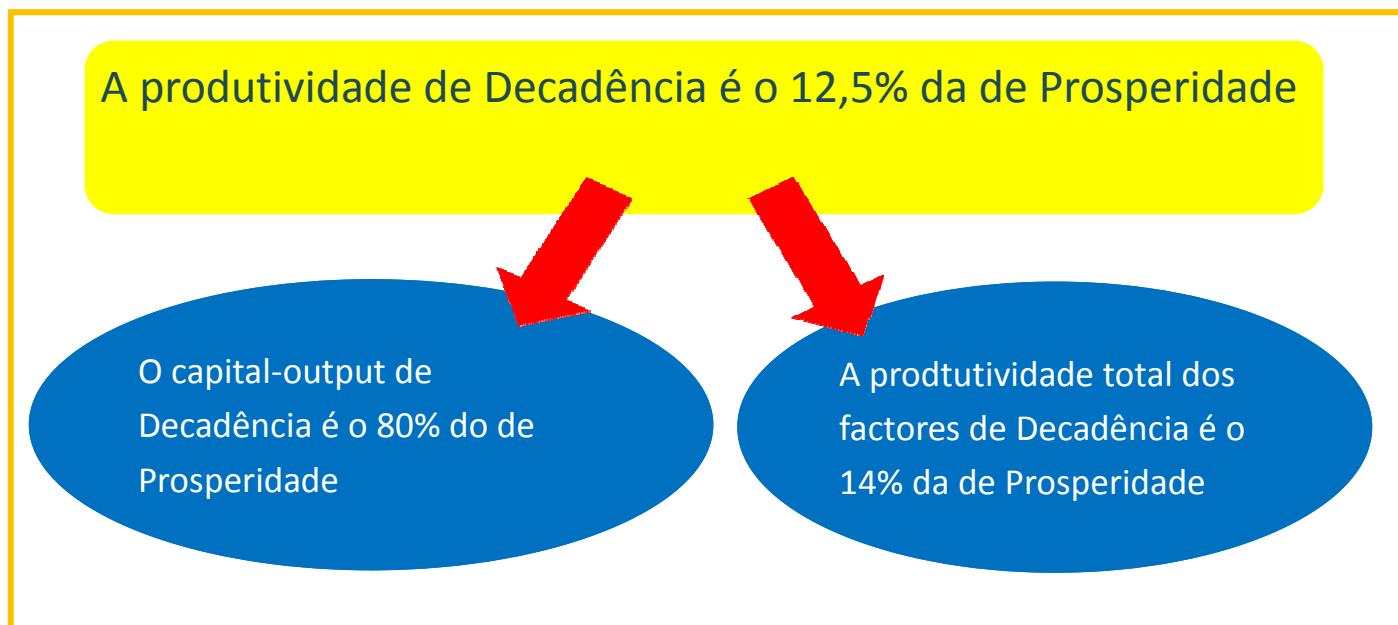
Os economistas não têm dados da produtividade total dos fatores (A), mas felizmente podem calcular esta variável como um resíduo dividindo a produtividade pela raiz quadrada do rácio capital-produção. Note-se que A pode ser isolada na equação 2:

$$(3) \quad A = \frac{Y}{L} \left(\frac{K}{Y} \right)^{-\frac{\alpha}{1-\alpha}}$$

Fazendo essa operação acham que o valor de A em Ilha Prosperidade é 31,62 e em Ilha Decadência é 4,42, o 14% do de ilha decadência. Quer dizer, devido à diferença na produtividade total dos fatores a produtividade de Decadência é o 14% da de ilha Prosperidade.

Por isso, os economistas de ICC podem concluir deste exercício contável que a produtividade de Decadência é menor que a de Prosperidade devido ao inferior rácio capital-produto e à menor produtividade total dos fatores. Além disso, a importância quantitativa da diferença na produtividade total dos fa-

Figura 2: Contabilidade



³ Há ótimas razões para tomar esse número, mas isso é outra história.

tores é maior do que a importância quantitativa da diferença no rácio capital-produto.

Primeiras explicações

Os economistas da ICC sabem que uma economia terá tanto mais capital em relação à sua produção quanto maior for a fração desta que destine ao investimento produtivo. A fração da produção destinada ao investimento é chamada taxa de investimento. Portanto, já estão em condições de tirar a sua primeira conclusão:

* Ilha Decadência é menos produtiva que Ilha Prosperidade porque a sua **taxa de investimento** é menor.

Também sabem os economistas da empresa de consultoria que a produtividade total dos fatores depende da tecnologia que se usa na transformação dos insumos em produto. Tecnologias avançadas conseguirão obter mais produto da mesma quantidade de insumos. Por exemplo, com melhores técnicas de irrigação poderemos obter mais tomates. Assim, tiram a sua segunda conclusão:

* Ilha Decadência é menos produtiva que Ilha Prosperidade porque usa **tecnologias** menos avançadas.

Mas ainda, os economistas da ICC são bem conscientes de que a produtividade total dos fatores não só depende da tecnologia utilizada, mas também da eficiência. A eficiência é a eficácia com a qual se combinam tecnologia e fatores produtivos (capital e trabalho) para produto. As economias de Prosperidade e Decadência fornecem um exemplo: Em Decadência há 20 trabalhadores dedicados a garantir a segurança das fazendas que não produzem uma gota de leite. Em Prosperidade não existe. Assim que tiram uma terceira e última conclusão:

* Ilha Decadência é menos produtiva que Ilha Prosperidade porque é mais **ineficiente**.

Dada a própria definição de eficiência (a eficiência com a qual se combinam factores produtivos e tecnologia para obter o produto), os economistas da ICC são conscientes de que o conceito é uma mistura em que se incluem todas as variáveis que influenciam na produtividade e que não são nem a tecnologia nem o rácio capital-produto. Não é estranho então que a produtividade total dos fatores é a principal variável que explica a diferença de produtividade entre Decadência e Prosperidade, muito mais do

que o rácio capital-produto. Os economistas acham finalmente que a produtividade total dos fatores é uma caixa-preta que têm de preencher se querem compreender mais profundamente as causas da diferença de produtividade entre Decadência e Prosperidade.

As causas fundamentais

À vista destes resultados o monarca de Decadência fica bastante satisfeito. Parece interessante a pesquisa feita pelos economistas da empresa de consultoria mais surgem inquietantes perguntas. Por que investimos menos? Por que usamos tecnologias menos avançadas? Por que somos mais ineficientes? Os economistas da ICC imediatamente percebem importância crucial das questões. Só se as respostas foram achadas poderão conceber as reformas que coloquem a Decadência na via da prosperidade. Deverão, pois, ser descobertos os determinantes fundamentais da prosperidade.

Os economistas da ICC começam uma exploração mais exaustiva das economias da Decadência e Prosperidade. As diferenças entre as duas sociedades são mais profundas do que parecia à primeira vista. No quadro da página seguinte são descritos os factos mais destacados. Uma vez realizadas todas estas observações, os economistas de ICC estão já em condições de tirar uma conclusão definitiva. Não há outra saída que a de concluir que:

* O atraso económico de Decadência deve-se às suas péssimas instituições, as normas que regulam as relações políticas e económicas. As instituições de Ilha Prosperidade incentivam o esforço, a frugalidade e a eficiência, enquanto as instituições de Decadência não. Eis a razão do atraso económico da Decadência.

As instituições estabelecem os incentivos que enfrentam as pessoas na hora de tomar decisões. E assim, estas fazem que em Prosperidade seja atraente investir, enquanto os cidadãos de Decadência preferam levar as suas poupanças fora; fazem com que os rapazes em Prosperidade quiserem ser veterinários enquanto em Decadência querem obter um cargo na burocracia real; fazem com que em Prosperidade sejam adoptadas as tecnologias mais modernas enquanto em Decadência usam umas menos produtivas,...

A difícil mudança institucional

O rei da Decadência recebe o relatório dos economistas de ICC e pergunta o que é que pode ser

Os obstáculos para a prosperidade da Decadência

Em Decadência existe uma **elevada pauta** à importação de ordenhadeiras enquanto em Prosperidade não existe. A pauta em Decadência foi introduzida pelo monarca, a fim de beneficiar uma empresa de seu primo que produzia ordenhadeiras de pior qualidade que as importadas. Devido às elevadas tarifas que suportavam as ordenhadeiras de importação, as fazendas de Decadência não tiveram outro remédio que comprar ordenhadeiras nacionais (da empresa do primo do rei), apesar da sua menor produtividade na extração do leite das vacas. Em Ilha Prosperidade usam ordenhadeiras de importação, que são muito mais produtivas. Em Prosperidade houve certas tentativas por parte do lobby dos produtores nacionais de ordenhadeiras de que o parlamento aprovasse uma pauta às ordenhadeiras de importação, porém a oposição dos produtores de leite evitou que esta lei prospera no parlamento.

Em Ilha Decadência existe um elevado número de **proscritos políticos** que estão refugiados no monte e têm de roubado para sobreviver. Os proscritos fogem da lei porque encabeçaram uma revolução fracassada para abolir a monarquia e instaurar uma república parlamentar. Para proteger-se dos roubos as fazendas precisam guardas de segurança e espingardas, os recursos destinados a um fim improdutivo (evitar o roubo) em vez de ser destinados a um fim produtivo (produção leite). Em Ilha Prosperidade ninguém é perseguido por motivos políticos e não existem proscritos, por isso também não há roubos nem necessidade de guardas nem espingardas e mais pessoas podem ser empregadas na produção de leite. Portanto, a eficiência da Ilha Prosperidade é maior que a de Ilha Decadência, pois utiliza os fatores produtivos mais eficazmente.

As **multinacionais estrangeiras não constroem fazendas** em Decadência porque o rei expropriou há três anos as suas propriedades para pagar suas dívidas de jogo. Nunca esta situação aconteceu em Prosperidade. A segurança jurídica que oferece Ilha Prosperidade atrai o investimento estrangeiro enquanto a insegurança jurídica de Ilha Decadência afasta-o. Por este motivo, a taxa de investimento da Ilha Decadência é muito mais baixa que a da Ilha Prosperidade. Além disso, os métodos de produção e práticas de trabalho das fazendas propriedade das multinacionais são mais produtivos que os das fazendas nacionais.

A **burocracia** em Ilha Decadência é enorme porque o rei tem ligada toda a sua família em trabalhos supérfluos e improdutivos. Em Ilha Prosperidade não existe muita burocracia supérflua porque os cidadãos castigam nas urnas o governo que gere muito deficientemente a res pública. Mais uma vez, Ilha Decadência está usando mais ineficientemente os recursos que Ilha Prosperidade.

Ilha Decadência precisa de **altos impostos** para manter a pesada burocracia e os custos da corte real. Em Ilha Prosperidade os impostos permanecem sob porque não é preciso ter uma pesada burocracia e os cidadãos castigam nas urnas aos governos que sobem os impostos. Por esta razão, os cidadãos de Decadência preferem abrir fazendas em Ilha Prosperidade que no seu próprio país. Este é um motivo mais para que Ilha Decadência exiba uma taxa de investimento muito menor que a de Ilha Prosperidade.

Os impostos em Ilha Decadência são destinados a construir um suntuoso palácio para o monarca. Porém, o parlamento da Prosperidade decidiu construir faculdades de veterinária. As atenções que os veterinários de Prosperidade proporcionam a vacas em fazendas fazem com que estas produzam mais leite. Em Decadência não há faculdade de veterinária e também não veterinários. É uma das razões pelas quais as vacas dão menos leite. Mais uma vez, os recursos de Ilha Decadência estão sendo aproveitados mais ineficientemente que os da Ilha Prosperidade.

feito para melhorar a situação da economia do seu reino. Os economistas dizem que deveria despedir a família da burocracia, eliminar as tarifas ainda que o seu primo saia prejudicado, amnistiar os proscritos, garantir que nunca mais as propriedades serão expropriadas, viver num palácio, mas modesto, baixar os impostos... A cara do rei muda. Não gosta do que está a ouvir. Estas reformas podem ser boas para Decadência, mas não para ele.

Os economistas vão além à suas propostas de reformas. Sugerem ao rei que o melhor que pode ser feito para que o país empreenda o caminho da prosperidade é abdicar e dar lugar a uma república parlamentar. Isso é a última coisa que o rei está disposto a ouvir. Pede a conta e despede os economistas. Claro não pensa realizar as reformas que prejudiquem a sua família e questionem o seu estilo de vida, e muito menos abdicar.

Na viagem de regresso a casa os economistas analisam a reação do rei. Acham uma resposta normal. As reformas que propunham fariam de Decadência um lugar próspero em que a maioria da população melhoraria a sua condição. Mas a mudança geraria alguns prejudicados, entre os quais se encontrariam o rei e seus familiares. É então normal a oposição às mudanças. E enquanto tiver o poder impedirá as reformas. Talvez um dia os proscritos consigam derrubar o rei e instaurar uma república parlamentar. Mas, quem sabe.

- * As reformas institucionais necessárias para empreender o caminho da prosperidade atentam contra os interesses do monarca.
- * O monarca usará todo o seu poder para tentar bloquear as mudanças institucionais apesar da melhora que estas significariam para o destino da maioria dos seus súbditos.

3 O que são as Instituições?

Podemos definir as instituições como segue:⁴

Definição As instituições são as regras do jogo numa sociedade ou, mais formalmente, são as restrições elaboradas pela ação humana que determinam as interações humanas.

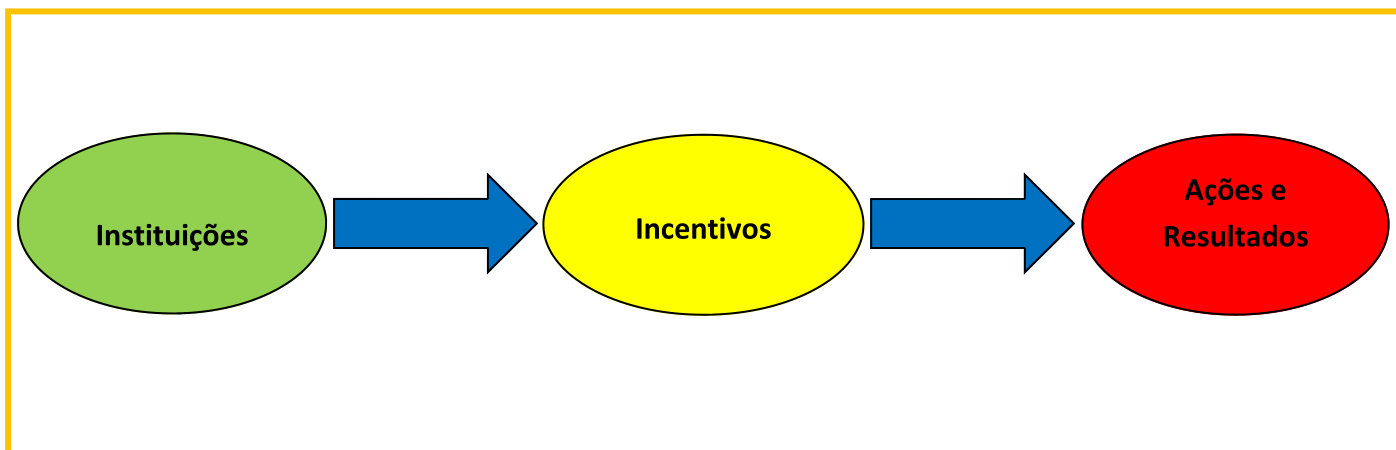
A definição consta de três aspectos relevantes:

- As restrições são elaboradas pela ação humana, o que as faz diferentes de outros fatores tais como a geografia ou o clima que estão fora do controle humano.
- São as "regras do jogo" fixando "restrições" sobre o comportamento humano.
- Determinam as interações humanas e, portanto, configuram o sistema de incentivos que enfrentam as pessoas.

Uma vez que as instituições são uma determinante chave dos incentivos que enfrentam as pessoas então devem ter um importante efeito sobre os resultados económicos: desenvolvimento económico, crescimento, desigualdade e pobreza.

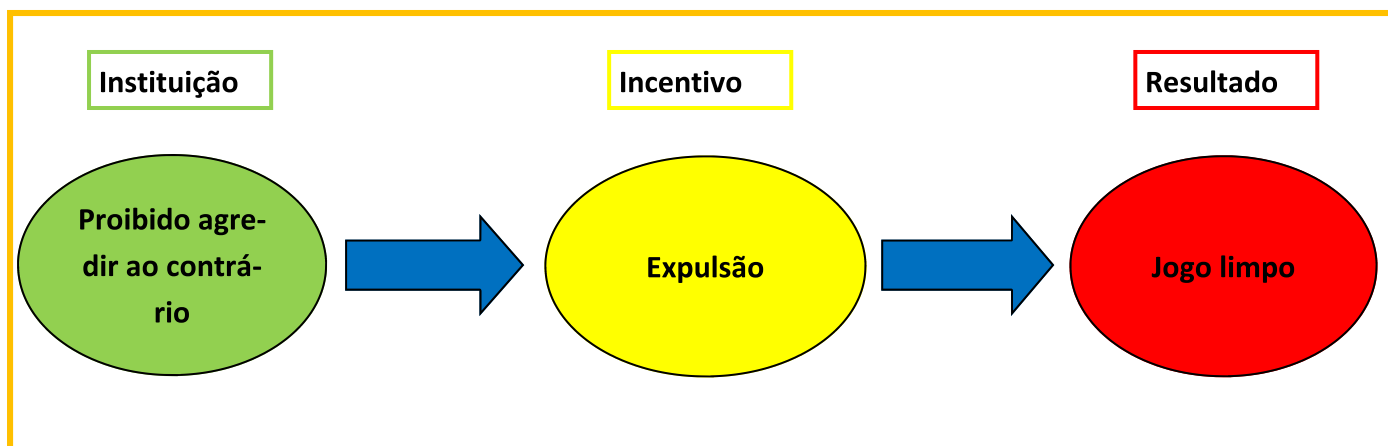
Definição Um incentivo é alguma coisa que motiva um indivíduo a realizar uma ação.

Figura 3: Instituições, incentivos e resultados



⁴ Esta é a definição que o prêmio Nobel de Economia Douglass S. North oferece no seu livro de 1990 "Institutions, Institutional Change and Economic Performance".

Figura 4: Instituições, incentivos e resultados no futebol



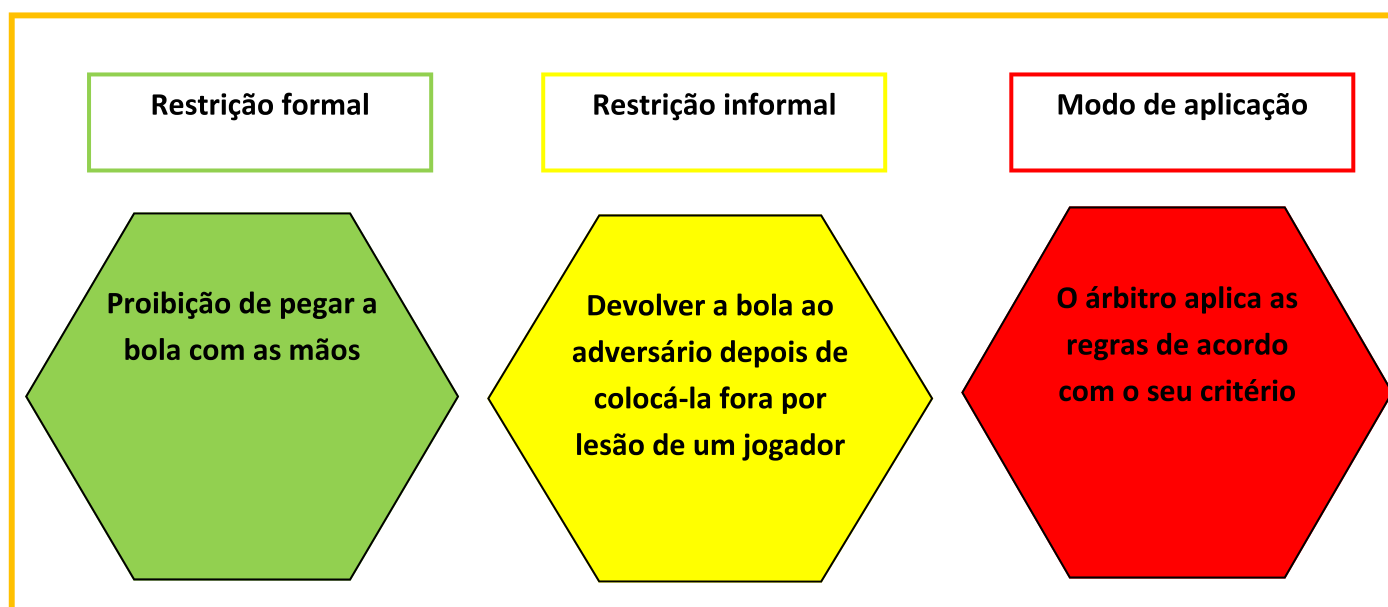
Alguns exemplos de incentivos:

- O salário que cobra um empregado a fim de mês é um incentivo para ir trabalhar.
- As notas que recebe nas suas provas é um incentivo para estudar.
- O cartão vermelho que um jogador recebe se cometer uma falta violenta é um incentivo para jogar limpo.

As instituições são constituídas por:

- **Restrições formais** tais como regulamentos, leis, constituições,...
- **Restrições informais** tais como normas de comportamento, convenções, códigos auto impostos de conduta,...
- O **modo** como se aplicam e se executam.

Figura 5: As instituições no futebol



As instituições podem ser:

- **Políticas** enquanto regulam o exercício do governo (monarquia absolutista vs. República parlamentar) ou
- **Económicas** enquanto regulam as atividades económicas (impostos, as regulamentações urbanísticas...).

O objetivo das instituições que promovem a prosperidade deve ser:

- * A configuração da estrutura de incentivos que induza os indivíduos a realizar o maior número possível de ações benéficas para o maior número possível de indivíduos ao mesmo tempo que realizam o menor número possível de ações prejudiciais para o menor número possível de pessoas.

O objetivo estabelecido implica que as ações devem ser:

- O maior número possível de ações.
- Ações benéficas para os demais.
- Para o maior número possível de indivíduos.

As funções que cumpram as instituições devem estar dirigidas a satisfazer o objetivo estabelecido. Porém, antes de começar a nossa análise das funções que devem desenvolver as instituições é necessário clarificar o que é uma ação benéfica para os outros e que é uma ação prejudicial. A esta tarefa é dedicada a próxima seção.

4

Procura de lucros vs. procura de rendas

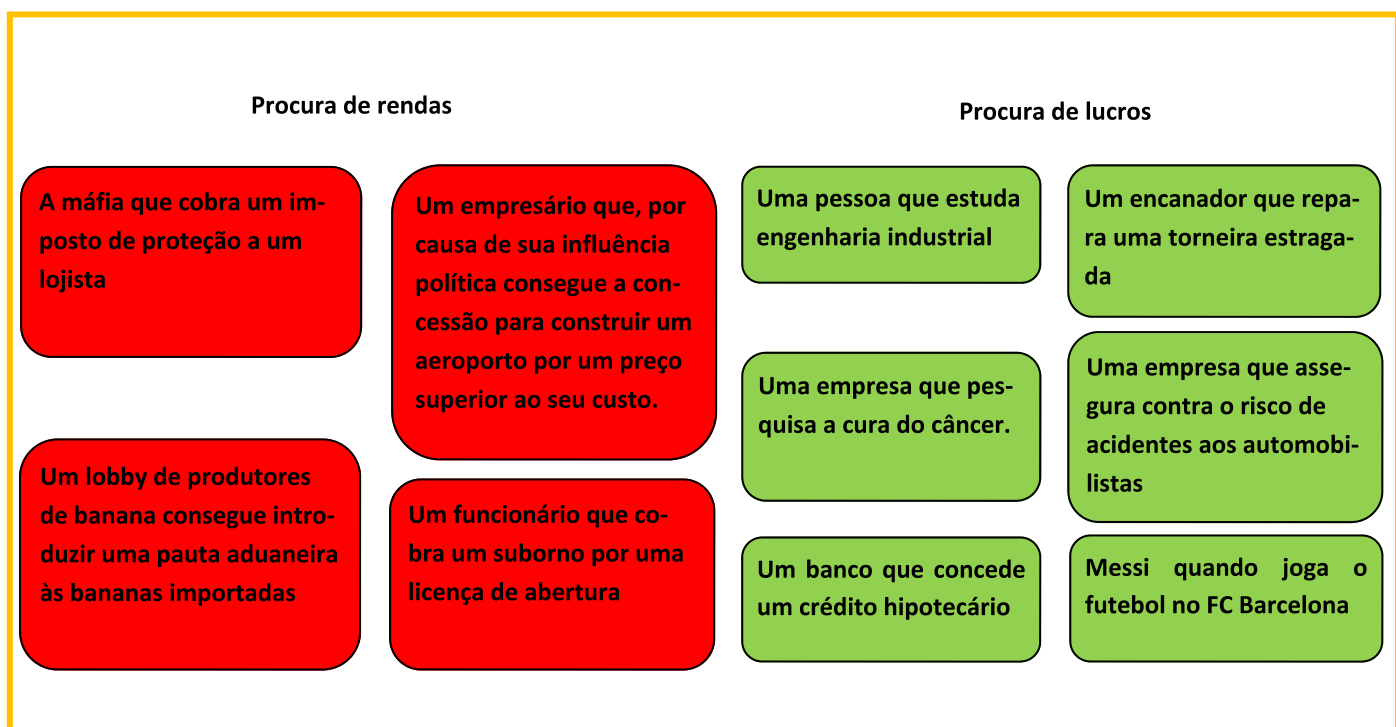
Um agente económico pode dedicar seus esforços para produzir qualquer coisa útil para os outros ou para se apropriar do que pertence aos outros. A primeira dedicação é conhecida como procura de lucros, enquanto a segunda recebe o nome de procura de rendas. Se a riqueza de uma sociedade for um bolo, podemos comer mais apanhando o pedaço maior -procura de rendas- ou podemos ampliá-la, procura de lucros. O primeiro prejudica a terceiros, pois impede comer bolo, o segundo, redundando em benefício próprio, não prejudica a ninguém, mesmo beneficia outros, pois podem comer um bocado do pedaço adicional.⁵

Podemos classificar as atividades humanas destinadas a obter receitas em dois tipos, as atividades de procura de rendimentos e as atividades de procura de lucros:

Definição As atividades de **procura de rendas** são aquelas que são destinadas a transferir renda de uns indivíduos para outros.

Definição As atividades de **procura de lucros** são aquelas que resultam na produção de alguma coisa útil para os outros.

Figura 6: Atividades de procura de rendas e de procura de lucros



⁵ O conceito de procura de rendas foi estabelecido por G. Tullock no seu artigo de 1967 "The welfare costs of tariffs, monopolies and theft" publicado no *Western Economic Journal* (hoje chamado *Economic Inquiry*).

As instituições que favoreçam as atividades de procura de lucros estimulam as pessoas a dedicar-se à produção de novos bens e serviços e alocar os recursos para usos mais valiosos. Em contraste, a procura de rendas é improdutiva e, o que é ainda pior, desestimula a produção e desgastam recursos.

Como ilustram os exemplos da Figura 6 as atividades de pesquisa de renda podem ser tanto legais como ilegais. Entre as legais podemos citar: barreiras regulatórias, entraves burocráticos, gravame fiscal, litígios, lobby, concessões administrativas... Entre os ilegais: corrupção, roubo, pagamento de dinheiro por proteção...

* As sociedades em que as atividades de procura de lucros sejam favorecidas frente às atividades de procura de rendas serão mais prósperas porque os agentes económicos, buscando o seu próprio interesse, destinarão os seus esforços para satisfazer as necessidades dos outros.

As atividades de procura de renda têm dois efeitos perniciosos sobre a produtividade:

* A procura de rendas desincentiva o investimento produtivo, pois atua como um gravame que reduz o rendimento dos investimentos ou um obstáculo que os impossibilita.

* A procura de rendas substitui os investimentos produtivos, pois os recursos destinam-se à procura de rendas e proteger-se contra a mesma.

A procura de rendas como um gravame para o investimento: um exemplo

A máfia exige um pagamento de 500 euros por proteção a cada bar da capital da Ilha Decadência. Um bar que abre na Praça Maior da capital produz 1000 euros de lucro e um que abre num bairro produz 100 euros. Como consequência, o montante do pagamento por proteção faz com que não seja rentável abrir o bar no bairro da capital. E ocorre uma transferência de renda do proprietário do bar da Praça Maior para os mafiosos.

A procura de rendas como um obstáculo à adoção tecnológica: um exemplo

Um grupo de produtores nacionais de ordenhadeiras em Ilha Decadência consegue que se proíba

a importação de ordenhadeiras forâneas que são tecnologicamente mais avançadas e mais produtivas. As fazendas de leite estão então obrigadas a usar ordenhadeiras nacionais que são de pior qualidade. O seu uso encarece os custos de produção e então cobram mais caro o leite aos consumidores. A pauta aduaneira, então impede como consequência o investimento numa nova tecnologia -a tecnologia incorporada nas ordenhadeiras de leite forâneas- e permite uma transferência de renda dos consumidores de leite para os produtores nacionais de ordenhadeiras.

A procura de rendas como um dispêndio de recursos: um exemplo

A burocracia real de Ilha Decadência é superdimensionada, pois um grande número de burocratas é completamente improdutivo. Porém, são muito bem pagos. Um jovem de Ilha Decadência decide prestar concurso para obter um cargo na administração, em vez de estudar para médico veterinário. O tempo de estudo deste jovem é destinado a um fim improdutivo e está-se a dar uma transferência de renda dos contribuintes para este jovem e os outros burocratas improdutivos.

A procura de rendas como um dispêndio de recursos: outro exemplo

Em Ilha Decadência abundam os roubos de gado. Os proprietários de Ilha Decadência contratam então guardas de segurança para proteger as suas propriedades. Estão então destinando recursos a um fim improdutivo como é o proteger contra o roubo de gado. O roubo de gado e os custos de pagar aos guardas encarecem os custos de produção do leite em Ilha Decadência e os produtores faturam o leite mais caro aos consumidores. Está então a produzir uma transferência de renda dos consumidores para os ladrões de gado e os guardas de segurança.

5 As funções das boas instituições

Nesta seção descrevemos as funções que hão de realizar as instituições para criar um quadro favorável para a prosperidade.

5.1 A pedra angular: proteger a propriedade

A função primordial das instituições que permitam empreender o caminho da prosperidade é:

- * Proteger a propriedade privada e garantir o cumprimento dos contratos.

Isto é o que muitas vezes é chamado de segurança jurídica e para o qual é indispensável um quadro jurídico anônimo e estável aplicada por uma administração de justiça independente e eficaz.

Protegendo a propriedade e garantindo o cumprimento dos contratos sentam as bases da prosperidade por três razões:

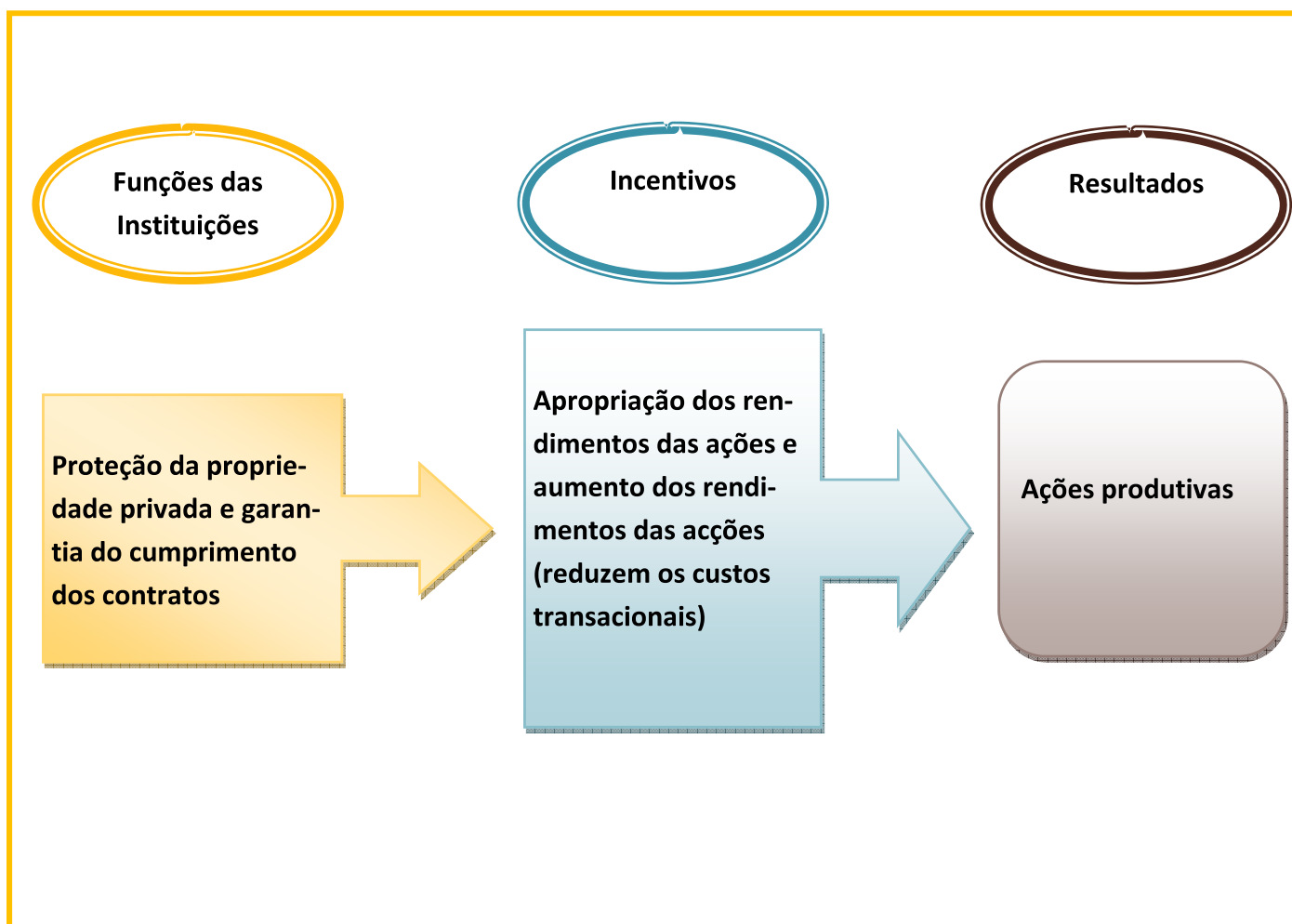
- * Os indivíduos se apropriam dos rendimentos das suas ações e esta é uma condição necessária para que geralmente os indivíduos tenham incentivos ao esforço e à frugalidade, sustento ambos da prosperidade.
- * Favorecem-se os negócios ao reduzir os custos transacionais.
- * Dificulta as atividades de procura de rendas.

Para que os indivíduos se apropriem dos rendimentos dos seus esforços é condição indispensável que a propriedade esteja devidamente garantida ao mesmo tempo que se respeitam e cumprem os acordos livres e voluntários. Por que devo ser frugal se o ativo produto da minha poupança pode ser facilmente expropriado por um governo arbitrário e discricional? Por que devo iniciar um negócio se não tenho garantia de que os meus clientes vão pagar pelos serviços prestados? Uns custos transacionais muito elevados podem tornar improdutivo um negócio. Por exemplo, o comércio de longa distância pode carecer de interesse se os bandoleiros podem impunemente roubar as mercadorias transportadas. Um

ções que garantam adequadamente o cumprimento dos contratos reduzem os custos dos conflitos comerciais entre as partes. Se os direitos de propriedade estão convenientemente protegidos e o cumprimento dos contratos garantido as atividades de procura de rendas serão pouco lucrativas e, portanto existirão poucos incentivos a empreendê-las.

Portanto, a proteção da propriedade privada e a garantia do cumprimento dos contratos incentiva que os indivíduos desenvolvam ações produtivas, pois estes podem se apropriar dos rendimentos de suas ações e, ao reduzir os custos transacionais, aumentam o seu desempenho. E não qualquer tipo de ações, mas aquelas que beneficiem os outros, pois estas são as que virarem um desempenho positivo para aquele que realiza uma vez que os indivíduos não estão dispostos a pagar por ações que prejudiquem, ao contrário, desejar castigá-lo. Assim, neste contexto as atividades de procura de renda não serão muito lucrativas.

Figura 7: Propriedade privada e contratos



Uma viagem pela África

Uma viagem pela África também pode ajudar a compreender a importância das instituições que protegem a propriedade privada e garantem o cumprimento dos contratos. Se visitar algum país da África subsaariana poderá observar que é cheio de empreendedores. Apenas chegado ao aeroporto pode contemplar negócios em toda parte. Comércio de roupa, de comida, bares, barbearias... Não parece ser a sua aversão ao esforço ou aos negócios o que explica a sua pobreza. No entanto, se meditamos um momento sobre o tipo de negócio que observa, descobrimos que todos eles têm duas características em comum. Eles são todos negócios imediatos no tempo e no espaço e que requerem pouco capital. Compro um prato de comida e pago. Uma fruta e pago. Neste contexto as instituições formais que garantem o cumprimento dos contratos têm muito pouca importância, não são necessárias. Se não pagar, o carneiro pega o dinheiro da carteira e, por cima, leva uma boa pancada.

Porém, nestes países escasseiam os negócios distantes no tempo ou no espaço. O comércio a longa distância é raro. Como podem ter a certeza de cobrar a um comprador localizado a mil quilômetros de distância? O mercado de crédito está muito pouco desenvolvido. Como se empresta dinheiro a alguém que tem que devolvê-lo em dois anos? Para que este tipo de mercados floresça são precisas instituições que penalizem o não cumprimento dos contratos. A estaca já não é suficiente. São necessários leis, polícias, juízes... Também não serão abundantes os negócios que exigem fortes investimentos. Como vai investir uma forte soma de dinheiro se a discricionariedade das autoridades pode caprichosamente expropriar o negócio ou tudo pode terminar por causa de uma guerra civil ou de uma revolução? Diante tanta incerteza não compensa acumular ativos cuja propriedade pode ser facilmente arrebatada. São precisas instituições que protejam a propriedade privada. Por isso nestes países escasseiam a frugalidade e o investimento.

Capitalismo vs. Socialismo

O fracasso dos regimes de socialismo planejado ilustra a importância das instituições que definem claramente os direitos de propriedade e os defendam. As razões do fracasso dos regimes socialistas não são nenhum mistério. E está acima do chamado socialismo real ou pretensa má aplicação que tenha feito as bem intencionadas ideias socialistas. São problemas de fundo.

O planejamento estatal da economia significa que burocratas necessariamente mal informados decidem a alocação de recursos. E, ainda que se lhes pressupõe bem intencionados, é literalmente impossível conhecer todos os desejos e necessidades de todos os agentes econômicos. Isto leva a que escasseiam produtos desejados pela população ao mesmo tempo em que se produzem bens que ninguém quer. Eis um exemplo. Na União Soviética uma fábrica tinha por objetivo produzir um determinado peso de pregos. Para facilitar a sua realização orientou a sua produção a pregos muito grandes, tão grandes que ninguém empregava.

A carência de propriedade privada provoca a falta de incentivos, tanto para administradores como trabalhadores. Como os agentes não são remunerados em função dos rendimentos das suas ações, não têm incentivos para reduzir custos, implementar novas tecnologias, melhorar a qualidade dos produtos, assistir ao trabalho, esforço... Uma piada da União Soviética explicava que alguém perguntava pelo número de pessoas que trabalhavam numa empresa e alguém respondia que perto de metade.

Nas economias de mercado o problema de coordenação e incentivos dos atores econômicos são resolvidos pelos preços. Estes são os sinais de escassez e transmitem toda a informação que um agente precisa para tomar decisões, assim, as economias de mercado são muito pouco dispendiosas informacionalmente. Os preços também recompensam os agentes pelo valor que suas ações rendem à comunidade e, assim, estabelecem os incentivos necessários para a prosperidade de modo que a perseguição do interesse particular resulta no bem-estar social. Certamente nem sempre os preços fazem corretamente estas tarefas informacionais e de incentivos. Não é assim se existem as chamadas falhas de mercado. Mas, geralmente, os preços podem transmitir com bastante correção os sinais de escassez e incentivos.

5.2 Não impor barreiras ao comércio

As instituições não devem impor barreiras ao comércio livre e voluntário entre os indivíduos limitando desnecessariamente o tamanho do mercado. Se impuser obstáculos está-se a impedir que as interações humanas livres e voluntárias gerassem todo o seu potencial. Em particular, não devem impor obstáculos ao comércio internacional.

Um maior de mercado fomenta a prosperidade de uma nação por várias razões:

- * Facilita a especialização produtiva nas tarefas em que os indivíduos são relativamente mais eficientes e permite aproveitar todos os possíveis ganhos da troca.

Vamos supor dois países. O país A tem 100 trabalhadores. As condições climáticas do país A permitem que um trabalhador produza anualmente 1 tonelada de arroz ou 2 toneladas de trigo. O país B tem 100 trabalhadores. As condições climáticas do país B permitem que um trabalhador produza anualmente 2 toneladas de arroz ou 1 tonelada de trigo. Vamos supor que os dois países vivem na autarquia. Tanto o país A como o país B decidem dedicar a metade dos seus trabalhadores a produzir arroz e trigo. Então, o país A produz anualmente 50 toneladas de arroz e 100 de trigo. O país B 100 de arroz e 50 de trigo. Vamos supor agora que os dois países comerciam entre eles. O país A pode se especializar na produção de trigo e produzir anualmente 200 toneladas de trigo e o país B pode se especializar na produção de arroz e produzir anualmente 200 toneladas de arroz. Trocando trigo por arroz na proporção de um quilo de arroz por um de trigo cada país poderia consumir anualmente 100 quilos de arroz e 100 quilos de trigo. Portanto, a especialização produtiva e o comércio internacional permitem que os dois países saiam ganhando a respeito da situação autárquica.

- * Permite o acesso a mais ideias susceptíveis de ser imitadas e adoptadas e a uma maior variedade de recursos produtivos, o que repercute positivamente na produtividade de uma sociedade.

Vamos supor que o país A está povoado por 10.000 pessoas enquanto o país B está povoado apenas por 1.000 indivíduos. Vamos supor que cada indivíduo pode realizar com probabilidade $\frac{1}{2}$ uma inovação tecnológica que repercute positivamente na produtividade. Vamos supor que os dois países estão isolados. No país A realizaram-se 5.000 inovações produtivas e no país B 500 inovações produtivas.⁶ O

⁶ Pressupondo que as probabilidades de inovação são independentes entre os indivíduos o resultado é uma consequência aproximada da lei dos grandes números.

país A então será tecnologicamente mais avançado e mais produtivo (tem 5.000 inovações) que o País B (dispõe apenas de 500 inovações). Vamos supor agora que os dois países entram em contato e podem adotar livremente as inovações realizadas em ambos os países. Nestas circunstâncias os dois países disporão de 5.500 inovações e serão mais produtivos que a situação autárquica.⁷

O tamanho importa: a fortuna da Eurásia

Os laços descritos entre tamanho e inovação e adoção tecnológica permitem explicar isso porque pequenas comunidades que ficam isoladas, como tinham acontecido em algumas ilhas do Pacífico, caem no estancamento tecnológico como porque os europeus conquistaram a América e não os ameríndios Europa. Os Europeus estavam imersos numa unidade económica ampla (Eurásia), enquanto que a América era uma unidade económica menor. O maior tamanho do espaço geoclimáticas euroasiático permitiu que, após um longo processo histórico de acumulação e difusão de conhecimentos tecnológicos, Eurásia fosse mais avançada tecnologicamente que a América. Assim, com as suas espadas de aço (e seus germes) os europeus puderam submeter com relativa facilidade aos aborígenes americanos. Esta tese é extensamente argumentada no livro de 1997 do acadêmico norte-americano Jarred Diamond "Guns, Germs and Steel: The Fates of Human Societies" editado por Norton e que ganhou o Prémio Pulitzer em 1998.

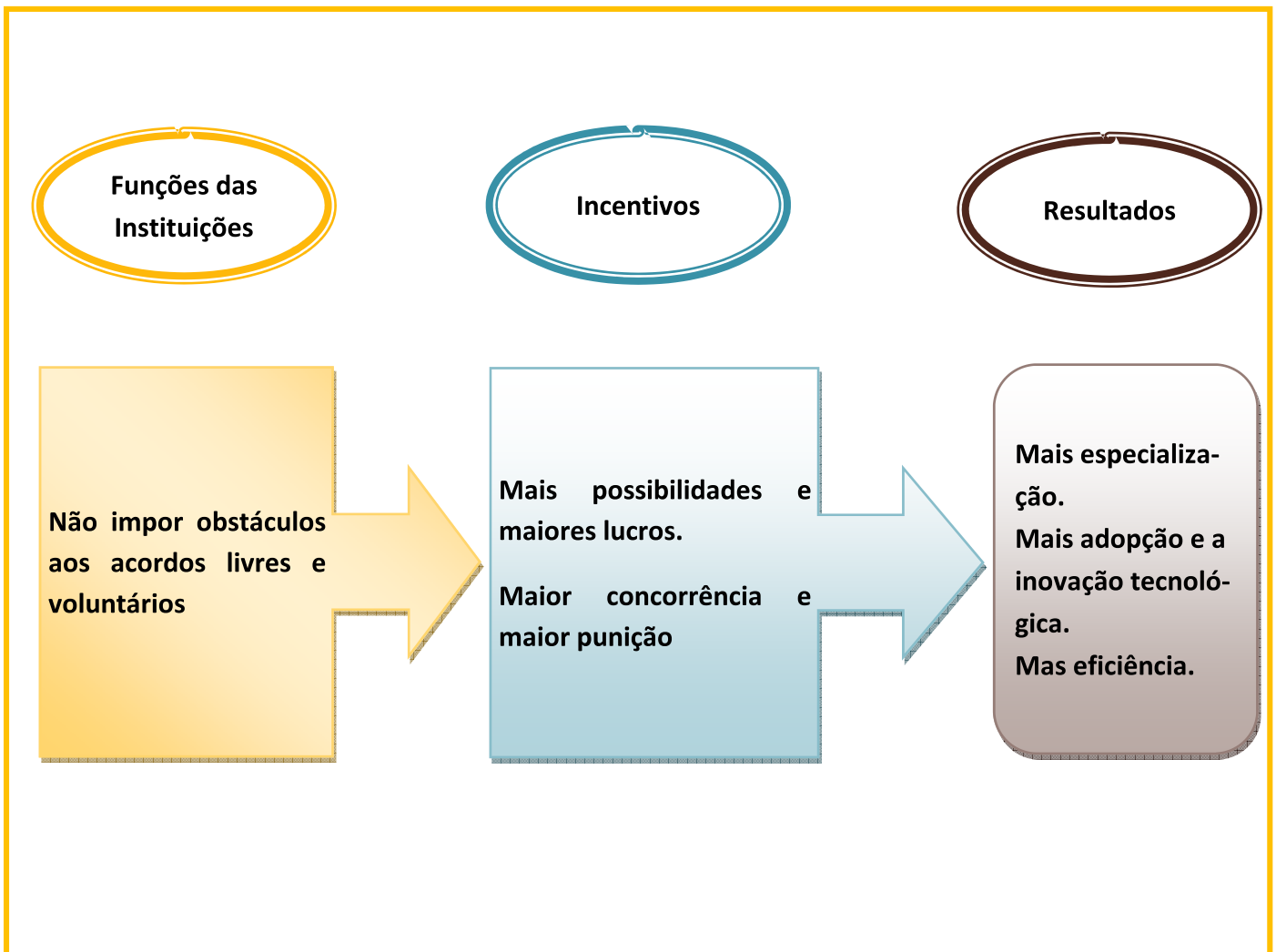
Como Eurásia era maior que a América então estava disponível mais espécies vegetais e animais susceptíveis de serem domesticados. Por exemplo, os grandes mamíferos domésticos são na sua maior parte originários da Eurásia (os cavalos, os porcos, as vacas, as ovelhas e as cabras). As espécies animais e vegetais domesticaram-se em diferentes partes da Eurásia e desde a sua origem foram difundidas por toda a Eurásia. A orientação leste-oeste da Eurásia permitiu difundir as técnicas agrícolas e as espécies vegetais e animais úteis para toda uma ampla zona de clima relativamente semelhante. A existência de culturas e animais domésticos permitiu que a produção de alimentos fosse mais eficiente, que aumentasse a densidade populacional e que aparecessem civilizações avançadas. Neste contexto as inovações tecnológicas intensificaram-se em diferentes locais da Eurásia e depois difundiram por todo o espaço euroasiático. Finalmente, o contato com um numeroso grupo de animais domésticos e a elevada densidade da população possibilitou a transmissão de germes infecciosos dos animais para os humanos e entre os próprios seres humanos. Com o passar do tempo os Eurasiáticos imunizaram-se em parte contra estes agentes infecciosos. Não assim os ameríndios que com a chegada dos primeiros europeus começaram a cair como moscas em consequência das doenças infecciosas.

* Fornece de maiores possibilidades de amortizar os custos fixos, facilitando assim a inovação.

Frequentemente os inovadores -aqueles que produzem novas ideias que permitem melhorar a tecnologia e a produtividade- devem incorrer em custos elevados para conseguir a sua inovação antes de poder comercializá-la. Um maior tamanho de mercado aumenta as possibilidades dos inovadores de recuperar esses custos. Assim, os incentivos a inovar são maiores. Um exemplo. Se o custo de produzir o novo álbum de Justin Bieber foi de 100.000 euros e só o poderia vender em Honduras não seria capaz de

⁷O laço entre tamanho e inovação deixou claro o economista Michael Kremer no seu artigo de 1993, "Population Growth and Technological Change: One Million B.C. para 1900" publicado no Quarterly Journal of Economics.

Figura 8: Ausência de obstáculos ao comércio



recuperar o dinheiro investido. De ser assim, não teria incentivos para produzir a sua música e não poderíamos desfrutar dela. Porém, se o vender em todo o mundo pode recuperar o investimento. Neste caso, produzir a sua música e muitas adolescentes em todo o mundo seriam um pouco mais felizes.

* Intensifica a concorrência e assim incentiva a eficiência.

Se as empresas de um país são protegidas da concorrência internacional por meio de tarifas ou outros instrumentos protecionistas então podem sobreviver mesmo sendo menos produtivas que os seus potenciais concorrentes externos. Quando as medidas protecionistas são abolidas, se querem manter-se no mercado não têm mais remédio que melhorar sua produtividade adotando as técnicas mais eficientes ou desaparecer e ser substituídas pelas estrangeiras.

Em suma, ter um conjunto de instituições que não estranquem os acordos livres e voluntários permite que os indivíduos possam realizar um maior número de ações benéficas para um maior número

de pessoas aumentando assim os rendimentos de tais ações e que as ações que não repercutam em benefícios para os outros sejam castigadas, mas intensamente por causa da maior concorrência. Este esquema de incentivos favorece o desenvolvimento económico porque incentiva a especialização produtiva e favorece a inovação, adoção tecnológica e eficiência.

5.3 Reduzir o risco

O risco é inimigo dos negócios, pois a possibilidade de que o esforço realizado fique sem recompensa desincentiva o mesmo.

Vamos supor que um investimento é feito num país A ou num país B. No país A o seu investimento produz com probabilidade um lucro de 100 euros, enquanto que no país B o seu investimento produz com probabilidade $\frac{1}{2}$ um lucro de 200 euros e com probabilidade $\frac{1}{2}$ um lucro de 0 euro. O rendimento esperado do investimento em ambos os países é de 100 euros, porém um investidor que seja averso ao risco, o que seria o usual, preferirá investir no país A porque obtém o mesmo rendimento esperado que no país B, mas com certeza. Por isso, o país A terá mais investimentos do que o país B.

* Garantir a propriedade privada e o cumprimento dos contratos é uma condição básica para limitar o risco.

Caso contrário o risco de não recuperar os frutos de um investimento é muito alto ou porque existem muitas possibilidades de que alguém nos prive de nossas propriedades ou porque existem muitas possibilidades de que alguém não faça frente aos compromissos contraídos.

* Uma fonte de incerteza introduz a própria administração do Estado se atuar discricionária e arbitrariamente ou se mudar frequentemente o ambiente regulatório.

Vamos supor que alguém pode estar pensando em abrir um bar. Será rentável se o município mantiver a legislação que permite ter aberto a esplanada até às duas da manhã, mas se no próximo ano começa um novo prefeito que muda a legislação impondo à vedação das esplanadas a meia noite o bar não é rentável. Num país em que os novos prefeitos têm o vício de mudar drasticamente as regras do jogo não é muito atraente abrir bares. Se um município existir uma teia de legislação regulando o funcionamento dos bares, provavelmente abrir bares não é um negócio rentável a não ser que as autoridades olhem para outro lado sobre o cumprimento de muitas destas regulamentações. Porém, sempre poderão

chegado o momento, exigir o seu cumprimento. Ou podem aplicar as regras para uns e para outros não. A incerteza gerada ameaçará a viabilidade económica dos bares. Assim, este ambiente de aplicação reguladora discricional e arbitrária desencoraja a abertura de novos bares.

* Para minimizar o risco é necessário um ambiente macroeconómico de estabilidade tanto fiscal como monetário.

Uma política monetária errática converte em mais arriscados os investimentos, pois aumenta a incerteza do seu rendimento real ao aumentar a volatilidade da taxa de inflação e da taxa de troca de uma moeda.

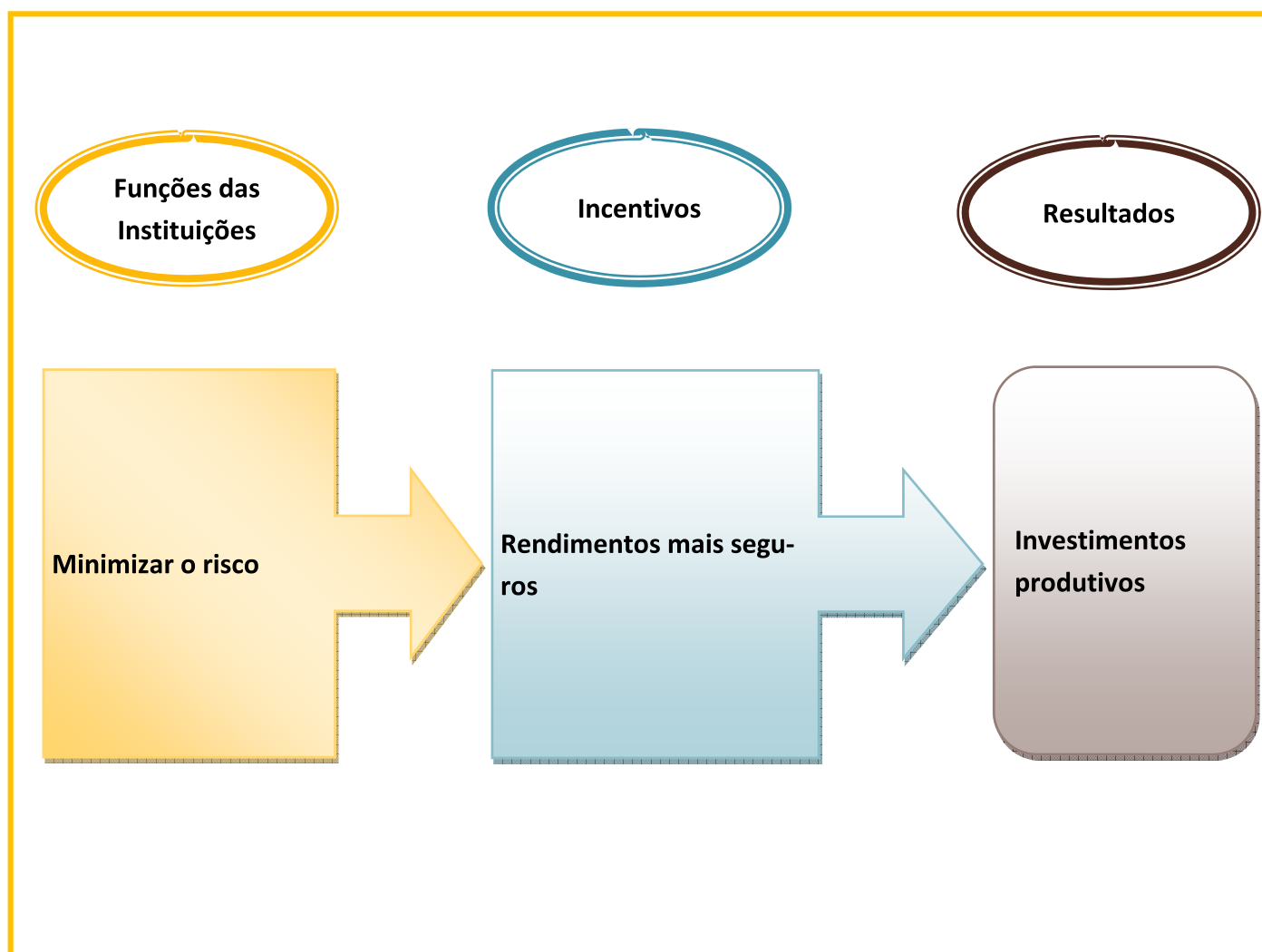
Vamos supor que um investimento de 100 euros irá proporcionar no futuro 110 euros. Então a taxa de rendimento nominal do investimento será de 10%. Vamos supor que com probabilidade $\frac{1}{2}$ a taxa de inflação é de 5% e com probabilidade $\frac{1}{2}$ a taxa de inflação é de 10%. Então, a taxa de rendimento real (taxa de rendimento nominal [10%] menos a taxa de inflação [5% ou 10%]) será de 5% com probabilidade $\frac{1}{2}$ e de 0% com probabilidade $\frac{1}{2}$. Ou seja, a volatilidade da taxa de inflação se traduz em volatilidade da taxa de rendimento real do investimento.

A política monetária é um dos principais determinantes da taxa de inflação. Assim, uma política monetária errática conduzirá a uma taxa de inflação volátil, o que fará difícil prever o rendimento real dos investimentos. As políticas monetárias erráticas também serão traduzidas numa grande volatilidade da cotação da moeda nacional nos mercados de divisas. Volatilidade que também vai dificultar a previsão da taxa de rendimento real de um investimento.

Um excessivo endividamento do setor público irá aumentar o risco de investir já que aumenta a probabilidade de que no futuro os impostos subam para fazer frente às dívidas do setor público. Uma elevada dívida pública irá também traduzir-se numa maior tentação dos governos de recorrer ao financiamento através da emissão de dinheiro, o que irá criar tensões inflacionistas que se traduzirão num aumento da incerteza sobre o rendimento real dos investimentos.

Vamos supor que o déficit público é reduzido, de 1% do Produto Interno Bruto. Nesta situação, as empresas sabem que não irão subir o imposto sobre as sociedades, porque com as taxas atuais o Estado terá o suficiente para pagar as suas dívidas. Contudo, se o déficit público é elevado, de 10% do produto interno bruto, então, com probabilidade $\frac{1}{2}$ o crescimento económico é elevado e o Estado não precisa

Figura 9: Redução do risco



subir o imposto sobre as sociedades para pagar suas dívidas, mas com probabilidade $\frac{1}{2}$ o crescimento económico é fraco e no futuro o Estado deverá subir o imposto sobre as sociedades às empresas, a fim de fazer face à sua dívida. Existe agora uma maior incerteza sobre a rentabilidade dos investimentos, o que desencoraja os mesmos.

* Os conflitos redistributivos são também uma importante fonte de risco.

As pressões redistributivas introduzem incerteza por duas razões. Em primeiro lugar, fomentam a instabilidade política proveniente da luta dos diferentes grupos pelo poder. Neste contexto uma guerra pode destruir as fábricas, uma revolução pode-as expropriar ou uma mudança de governo pode induzir uma profunda alteração das normas e regulamentos. Em segundo lugar, favorecem os atentados contra a propriedade, que é muito frequentemente a tentativa das pessoas pobres de redistribuir os recursos por meio de vias à margem do sistema.

Frequentemente, a causa dos conflitos redistributivos é a desigualdade na distribuição da renda e

também a diversidade étnica. Pelo contrário, uma força que procura diminuir os conflitos redistributivos é a mobilidade económica, o movimento de pessoas de uma parte da distribuição de renda para outra. Um maior grau de mobilidade económica pode moderar o desejo de redistribuir a renda. Uma pessoa que se encontra na extremidade inferior da distribuição de renda e que saiba que seus filhos têm muitas possibilidades de ascender no mundo, tem muito menos interesse na redistribuição de renda que uma pessoa que sabe que seus filhos também ficarão no extremo inferior da distribuição de renda.

5.4 Não conceder privilégios legais

Se o Estado conceder privilégios legais para um grupo de indivíduos e não a outros estes usarão esses privilégios para realizar atividades de procura de renda que terão as consequências perniciosas sobre o desempenho económico descritas anteriormente na Seção 4.

* As leis, normas e regulamentos estaduais são usados muitas vezes para desenvolver atividades de procura de renda, pois têm o objetivo, ou pelo menos é usadas com essa finalidade, de beneficiar políticos, burocratas ou certos agentes económicos ao abrigo do poder.⁸

Há uma infinidade de exemplos, de concessões a contratos públicos de todos os tipos. Um exemplo. Em 1996 a Archer Daniels Midland Company (ADM) pressionou a administração Clinton para que obrigasse a produzir o etanol a partir do milho. Conseguiu. Podia produzir também a partir de outros cereais, das batatas ou de outras coisas. Mas a história é que ADM tinha o monopólio quase total da produção de etanol a partir do milho, por isso, a regulação tem aumentado muito nos seus lucros.

* Uma das grandes ameaças para a prosperidade de uma sociedade é que os grupos de pressão sempre irão tentar manipular as instituições no seu próprio benefício para assim obter rendas.

Alguns grupos de pressão querem pautas aduaneiras, outros uma subvenção e ainda outras licenças de entrada na indústria. Na medida em que as suas reivindicações sejam estampadas em leis, normas

⁸ Este uso ineficiente do poder regulatório de um governo que procura os seus próprios fins está na linha do indicado na Teoria da Escolha Pública. O artigo de George J. Stigler "The Theory of Economic Regulation" publicado em 1971 na revista *Bell Journal of Economics and Management Science* é uma referência clássica. A regulação pública da economia pode ser eficiente se contribui para atenuar algumas das possíveis falhas do mercado. Esta teoria do interesse público da regulação desenvolveu o economista Arthur C. Pigou já em 1938 no seu livro "The Economics of Welfare". As regulamentações ambientais ou as leis anti-monopólio são alguns exemplos de regulamentos que tentam resolver ineficiências do mercado (outra coisa é que realmente o consigam).

e regulamentos desencorajam a acumulação e a inovação. Muitas vezes, as regulamentações estatais só são expressões dos interesses de um grupo de pressão. Toda a complexidade de regulamentos em favor dos diferentes grupos de pressão pode acabar por asfixiar uma economia.⁹

Estado e busca de rendas

Alguns articulistas têm expressado na imprensa a sua preocupação pelas atividades de pesquisa de rendas que proliferam em alguns países ao abrigo do Estado. Eis alguns exemplos.

"A Itália é um país bloqueado por castas, regulamentos, pequenas e grandes gaiolas destinadas a proteger quem está dentro, mas terminou prendendo todo o país. Em cada atividade economia, a Itália está sob o ditame de escolas profissionais, licenças e outras formas burocráticas que limitam o acesso e que definem os regulamentos de funcionamento: a partir de advogados para taxistas, para engenheiros e arquitetos." Irene Tinagli Professora de Economia da Universidade Carlos III de Madrid em La Vanguardia de 30 Outubro 2011.

"O princípio básico organizacional da sociedade grega sempre tem sido o clientelismo, um sistema no que se presta apoio político em troca de benefícios materiais. Nesta situação, torna-se primordial o papel do Estado como o principal provedor de renda para vários grupos e indivíduos. O historiador grego Kostas Vergopoulos, de tendência esquerdista diz que "a estrutura fundamental da Grécia nunca foi a sociedade civil, mas o Estado". Desde meados do século XIX não é possível fazer qualquer coisa na Grécia, sem a mediação do Estado". Takis Michas, jornalista do jornal Eleftherotypia, economista, o 10 de junho de 2010.

"No que se segue, defendo que a classe política espanhola tem desenvolvido nas últimas décadas um interesse particular, suportado por um sistema de procura de arrendamento (rent-seeking), que está acima do interesse geral da nação. Neste sentido forma uma elite extrativista na terminologia popularizada por Acemoglu e Robinson. Os políticos espanhóis são os principais responsáveis pela bolha do sector imobiliário, o colapso dos caixas económicas, a bolha das energias renováveis e da bolha das infraestruturas desnecessária". Cesar Molina, economista, El País, 10 de Setembro de 2012.

"No calor da corte teve lugar em Espanha um capitalismo castiço, o indevidamente dito capitalismo financeiro, com base no rent-seeking e na proximidade do poder, o que é típico de Madrid e é ainda hoje a forma de capitalismo dominante em nosso país... As grandes empresas espanholas se tornaram globais, Telefónica, Banco Santander, Repsol, BBVA... - são todas elas empresas reguladas, independentemente do sucesso na captura dos seus respectivos reguladores, grande demais em todos os casos, apenas dependendo do BOE. Não poucos dos seus atuais dirigentes foram incentivados pelo governo em funções, uma prática que eu temo que continue no futuro próximo. Em qualquer caso, essas empresas são a versão mais evoluída e homologável do capitalismo castiço. Outro grupo de empresas que muito tem sido internacionalizada, talvez fazendo da necessidade uma virtude, são as grandes construtoras de obras civis que não estão regulamentadas, mas dependem do BOE mais do que ninguém." Cesar Molina, economista, El País 4 de março de 2012.

* A razão pela qual os grupos de interesse trunfam muitas vezes nas suas reivindicações é que os benefícios das leis, regulamentos e políticas estaduais estão concentrados e os seus custos muito dispersos.

⁹ Sobre esta ameaça alerta Mancur Olson no seu livro póstumo "Power and Prosperity. Outgrowing Communist and Capitalist Dictatorships" editado em 2000 pela Basic Books.

Os beneficiados por ser um grupo reduzido têm interesse em coordenar e atuar em conjunto como um grupo de pressão para defender os seus interesses. Porém, a grande massa de prejudicados não terá muito interesse em coordenar e atuar em conjunto porque o custo da política que repercute em cada um deles é muito pequeno. Tão pequeno que não compensa os custos da coordenação.¹⁰

Regulação e corrupção

Além disso, a proliferação de regulamentos estaduais é o germe da corrupção porque abre as portas para que burocratas e políticos as manipulem, aproveitando-se da sua complexidade e da dificuldade que para os agentes representa o cumprimento, que serão abocados a estragar recursos em favor das mesmas.

Como mostram S. Djankov e outros autores do artigo "The Regulation of Entry" publicado em 2002 em *The Quarterly Journal of Economics*, as economias mais reguladas tendem a ser mais corruptas, com mais economia submergida e menos democrática. Além disso, também comprovaram que os países com mais regulamentos não tinham menos poluição, produtos de maior qualidade e níveis de saúde mais elevados. Esta evidência empírica apoia a tese de que a regulação pública tem como missão principal capturar rendas.

O livro do ano de 1989 "The Other Path" escrito por Hernando de Soto é já uma obra clássica no que diz respeito aos laços entre regulação, corrupção e apropriação de rendas por burocratas. Neste livro Hernando de Soto relata a experiência levada a cabo em 1983 de abrir uma pequena fábrica têxtil nos arredores de Lima (Peru). Para abrir a fábrica confrontaram 11 requisitos oficiais para o que precisavam 289 dias de trabalho. Tiveram de pagar dois subornos (pediram dez). Hernando de Soto e sua equipe de pesquisa estimaram que o custo de iniciar um pequeno negócio no Peru equivalia na época a 32 vezes o salário mensal de sobrevivência.

O Banco Mundial tem disponível na Internet um banco de dados com medidas de regulação económica que afeta as empresas locais em 185 países e também em algumas cidades selecionadas a nível nacional (www.doingbusiness.org).

Vamos supor que a introdução de uma pauta beneficia 10 produtores nacionais de queijo. Graças à pauta podem colocar preços mais altos por seus produtos e obter 1.000 euros adicionais de lucros cada um. Portanto, um total de 10.000 euros que ganhariam os produtores e perderiam os consumidores a ter de pagar preços mais elevados pelos queijos. Assumindo que os consumidores são 10.000 e cada um compra um queijo então o custo da pauta para cada consumidor será de 1 euro. Tanto a consumidores como a produtores coordenar com os outros para defender os seus interesses pressionando o governo para que introduza ou digite a pauta custa 10 euros a cada um. Nestas circunstâncias os produtores encontrarão interessante montar um grupo de pressão destinando recursos (uma parte dos 10.000 euros de renda que obteriam com a introdução da pauta) para influenciar o governo, ao passo que os consumidores não farão nada. Assim, é muito mais provável que a pauta acabe por ser introduzida.

¹⁰ Esta é a tese de Mancur Olson no seu livro "The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups" publicado pela Harvard University Press em 1965.

* As regulamentações estatais que concedem privilégios legais para um grupo de indivíduos concedem a estes a possibilidade de bloquear a adoção de melhores métodos de produção e das melhores práticas de trabalho.

Introduzir uma melhor prática de trabalho ou um melhor método de produção pode melhorar a produtividade, mas não necessariamente todo mundo vai sair ganhando. Os perdedores provavelmente tentem opor-se à introdução da prática eficiente. A sua capacidade de alcançar o seu objetivo dependerá em grande parte do poder que lhe concedam as instituições, ou seja, das leis, normas e regulamentos estatais.¹¹

Vamos supor que num hospital há dois médicos: Afonso e Susana. Susana chega todos os dias a sua hora para trabalhar e produz todos os dias 1.000 euros de serviços de saúde. A Susana chegar ao trabalho custa-lhe 100 euros. Afonso chega todos os dias tarde e produz serviços de saúde por valor de 500 euros. A Afonso chegar ao trabalho custa-lhe 300 euros. Os dois se repartem em partes iguais o valor da produção total (1.500 euros) e assim cada um recebe 750 euros. O excedente que obtém cada um desta actividade é a sua remuneração menos o custo que representa ir trabalhar. Assim, o excedente que obtém Susana é 650 euros e o que obtém Afonso é de 750 euros. Vamos supor agora que a direção do hospital introduz uma nova prática de trabalho: os dois médicos devem assinar a hora de entrada. Se não chegar à hora serão demitidos. Nenhum dos dois quer ser demitido. Então os dois chegam à hora e cada um produz serviços de saúde por valor de 1.000 euros. Como antes, os dois repartem o valor da produção (2.000 euros) em partes iguais. O excedente que obtém Afonso agora é de 700 euros e Susana também obtém um excedente de 700 euros. Como ilustra o exemplo não chegar na hora por parte de Afonso é uma atividade de busca de rendas, pois está apropriando de 50 euros de renda de Susana. Também ilustra o exemplo que a nova prática de trabalho é eficiente, produz um excedente total de 1.400 euros (2.000 euros de valor total da produção menos 600 euros de custos totais), enquanto antes o excedente total era de 1.100 euros (1.500 euros valor da produção total menos 400 euros de custos totais). Porém, nem todos saem beneficiados, Afonso sai prejudicado com a nova prática de trabalho e Susana sai beneficiada. Afonso tentará se opuser à introdução da nova prática de trabalho. E as regulamentações estatais podem facilitar essa tarefa. Se uma norma nacional obrigar a indemnizar a Afonso com uma elevada soma de dinheiro em caso de demissão. Afonso poderia seguir chegando tarde fazendo caso omissis às instruções da direção do hospital que não o demissionaria por causa do elevado custo da exoneração. Afonso então de facto dificultaria a introdução da nova prática de trabalho.

¹¹ Stephen L. Parente e Edward C. Prescott argumentam no seu livro de 2001 "Barriers to Riches" editado por The MIT Press que esta é a principal explicação das diferenças de produtividade entre países.

O processo de progresso tecnológico, como muito bem disse um dos mais influentes economistas do século XX Joseph Schumpeter, é um processo de destruição criativa. Isso quer dizer que as novas tecnologias muitas vezes envolvem a obsolescência das velhas. Por exemplo, o computador tornou obsoletas as máquinas de escrever. Este processo de destruição criativa de que, os proprietários das velhas e obsoletas tecnologias perdem as suas rendas na sequência da introdução das novas tecnologias. Consequentemente, farão tudo o que estiver nas suas mãos para impedir a entrada no mercado dos proprietários das novas tecnologias.

Opor-se à introdução de novas e mais eficientes tecnologias é também uma atividade de busca de rendas. Pensemos que os proprietários da velha tecnologia podem produzir uma unidade de um bem por 2 euros e os proprietários das novas tecnologias podem produzir o mesmo bem a um custo unitário de 1 euro. O preço de uma unidade de bem é igual ao seu custo de produção. Se os proprietários das velhas tecnologias conseguem bloquear a introdução da nova tecnologia então estão a se apropriar de 1 euro de renda do consumidor para cada unidade vendida porque cobram 2 euros por cada unidade que poderia ser produzida e vendida por 1 euro.

Bloqueio tecnológico

Há muitos exemplos na história de tentativas de bloqueio de novas tecnologias mais ou menos bem sucedidas. Em 1453 Johannes Gutenberg inventou a imprensa de tipo móvel. Esta invenção tornou obsoleta a tecnologia mais antiga: a cópia de livros à mão. A subsistência dos amanuenses esteve então em perigo. Estes tentaram bloquear a introdução da nova tecnologia. Assim, o grémio de amanuenses de Paris conseguiu adiar a introdução da imprensa na sua cidade durante vinte anos. Também resistiram à imprensa os calígrafos islâmicos e a casta brahmin da Índia. Esta história, e muitas outras, sobre a evolução da tecnologia podem ser encontradas no livro de Joel Mokyr "The Lever of riches: Technological creativity and economic progress" publicado em 1990 pela Oxford University Press.

Como ilustram os exemplos anteriores o bloqueio da adopção de melhores métodos de produção e das melhores práticas de trabalho podem assumir diferentes formas. Além disso, as regulamentações estatais podem dar poder para realizar com bom sucesso o bloqueio a determinados agentes ou grupos de agentes económicos.

* As regulações estatais podem impedir que as empresas mudassem a melhores práticas de trabalho e métodos de produção.

As regulamentações estatais frequentemente desempenham o papel de aumentar a capacidade de alguns agentes económicos para impedir essas mudanças. Por exemplo, as regulamentações que explicitamente proíbem ou dificultam as reduções de emprego ou a realocação de tarefas, a sanção estatal das greves, as indenizações por demissão e, quando a mudança na prática de trabalho requer o uso de máquinas importadas, o Estado pode negar licenças de importação.

* As regulações estatais podem proteger a indústria da entrada de novas empresas que usam métodos mais produtivos.

Também aqui as regulamentações estatais podem jogar um papel importante. O Estado pode proteger a indústria interna da concorrência externa impondo altas pautas, impondo quotas à importação e proibindo o repatriamento de lucros. O Estado também pode evitar a entrada numa indústria requerendo licenças para ingressar ou para expandir a produção e subsidiando as empresas existentes. Uma forma ainda mais radical que tem o Estado para evitar a entrada de novas empresas é instaurando monopólios estatais na produção de alguns bens e serviços.

* As regulamentações estaduais podem conceder a capacidade de um grupo de indivíduos de bloquear a introdução de novas tecnologias.

Em particular, as leis de propriedade intelectual, que concedem um direito de monopólio para os

A diferente experiência japonesa e indiana na indústria têxtil

Entre 1920 e 1938 a produtividade da indústria têxtil japonesa aumentou num 120% enquanto no mesmo período a produtividade da indústria têxtil indiana aumentou apenas 40%. Estes aumentos de produtividade não foram devidos à compra de mais ou melhores máquinas. Foram devidos a que se implementaram mudanças organizacionais que efetivamente aumentaram o número de máquinas operadas por trabalhador. Na Índia a produtividade aumentou menos do que no Japão porque as mudanças nas práticas de trabalho mudaram menos.

Na Índia os trabalhadores tiveram capacidade para bloquear as mudanças organizacionais e resistiram com sucesso as tentativas dos patrões de aumentar o número de máquinas operadas por trabalhador. Opunham por medo de que se reduzisse o emprego. Porém os trabalhadores japoneses não resistiram. Os trabalhadores indianos usaram as greves como mecanismo para se opuser às mudanças. Houve mais de mil no setor têxtil indiano no período de entre guerras.

As greves dos operários têxteis indianos tiveram bom sucesso porque gozavam da proteção estatal. Além disso, quando a ineficiente indústria têxtil indiana sofreu a ameaça da concorrência externa, o governo indiano reagiu elevando pautas dos têxteis importados. Os trabalhadores japoneses não gozaram da proteção estatal nas suas greves. A única grande greve têxtil japonesa no período foi rapidamente desfeita porque o Estado não impediu que os padrões despedissem aos grevistas.

donos de uma tecnologia, são usadas muitas vezes para bloquear a introdução de novas tecnologias. Por isso, embora talvez às vezes estas leis sejam necessárias para incentivar a inovação em certos sectores, não se deve esquecer que podem ter efeitos perniciosos para o progresso tecnológico e o crescimento.

Propriedade intelectual e bloqueio tecnológico

As leis de propriedade intelectual também foram (e são) utilizadas para bloquear a adoção de novas tecnologias. Desde há muito tempo. James Watt inventou a máquina a vapor no ano 1764. Em janeiro de 1769 obteve a patente do seu invento depois de dedicar seis meses em Londres a consegui-la. Em 1775 graças às ligações do seu sócio Boulton no Parlamento britânico conseguiu estender a sua patente até o ano 1800. E em 1782 servindo-se de novo das suas ligações no parlamento consegue uma patente adicional. Em 1781 Jonathan Hornblower desenhou uma máquina de vapor superior à de Watt. Boulton e Watt foram contra ele com toda a força do sistema legal. Watt morreu sendo um homem rico e o custo da batalha legal custaram a Hornblower ter que fechar o negócio, a ruína e a prisão. Enquanto a patente de Watt esteve em vigor, a difusão da atividade produtiva da máquina a vapor era muito escassa e as melhorias da mesma foram irrelevantes. Quando a patente de Watt expirou lá pelo 1800, a difusão do seu invento foi rapidíssima e a máquina a vapor foi amplamente modificada e melhorada. Michelle Boldrin e David Levine contam esta história um pouco mais em pormenor no seu livro "Against intellectual Property" publicado em 2008 pela Cambridge University Press. Os autores tomam a história do livro "Capital and Steam Power" de John Lord publicado em 1923 por London e do livro "James Watt" escrito em 1905 por Andrew Carnegie e publicado pela Doubleday, Page & Company em Nova York.

Portanto, a partir do início da Revolução Industrial podemos encontrar exemplos de como as leis de propriedade intelectual fomentaram as atividades improdutivas de busca de rendas e como conseguiram frear o progresso tecnológico. Hoje em dia na indústria das telecomunicações é comum usar uma teia de patentes para impedir a entrada da concorrência. Mesmo já existe um nome para quem usa esta astúcia: troll de patentes.

Figura 10: Não conceder privilégios legais

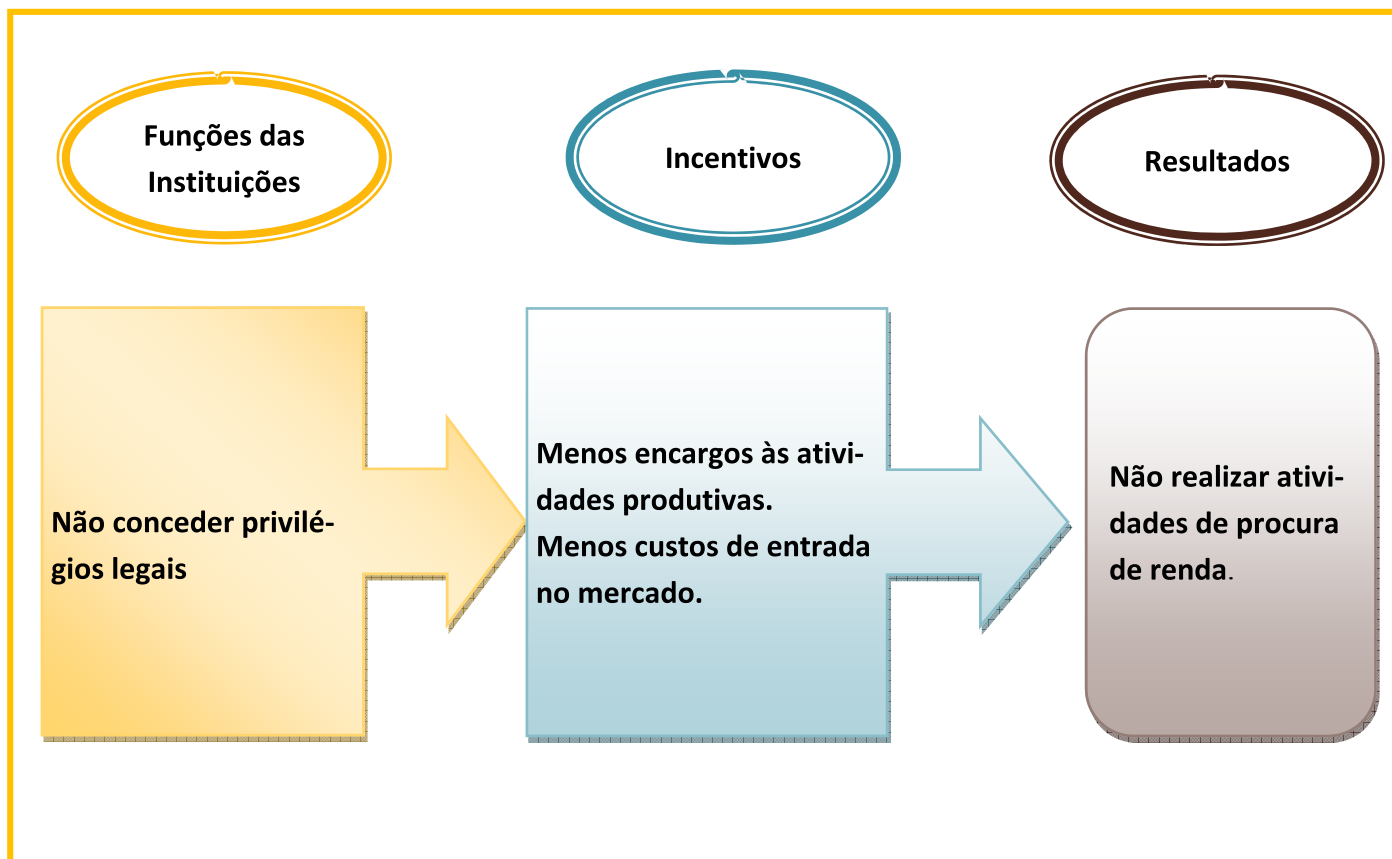
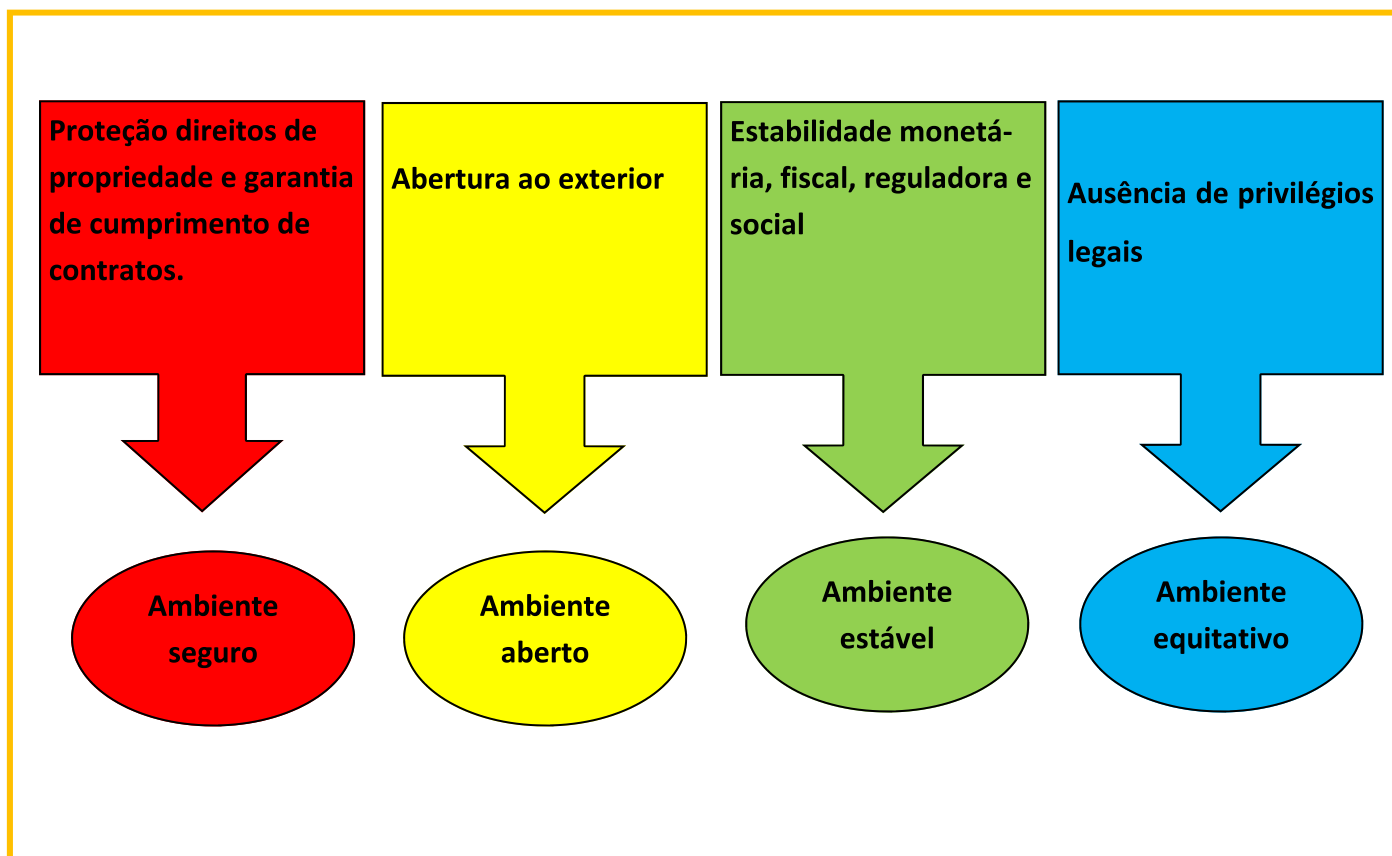


Figura 11: As funções das boas instituições



6

Evolução institucional

Por que é que umas sociedades dotam de instituições que promovem a prosperidade e outras não? A que forças obedece a mudança institucional? Por que é que não se implementam as instituições que garantem a prosperidade? Se quisermos responder essas perguntas precisamos compreender como se criam e evoluem as instituições. E finalmente, precisamos identificar as forças que há por trás da mudança institucional.

* As instituições são produto do conflito entre pessoas ou grupos de pessoas perseguindo interesses diferentes e, muito frequentemente, antagónicos e que gozam de diferentes graus de poder.

A capacidade das pessoas ou grupos de pessoas de impor as instituições que melhor protejam os seus interesses depende do seu poder relativo. E o poder tem um carácter tanto político como económico. Depende tanto das instituições políticas que concedem um poder político *de jure* como de distribuição de recursos que concede um poder político *de facto*. E o desempenho económico bem como a distribuição dos recursos depende das instituições financeiras que o poder político é determinado pelas instituições políticas que possui uma sociedade e do poder económico pelas instituições financeiras e a distribuição de recursos produtivos.¹²

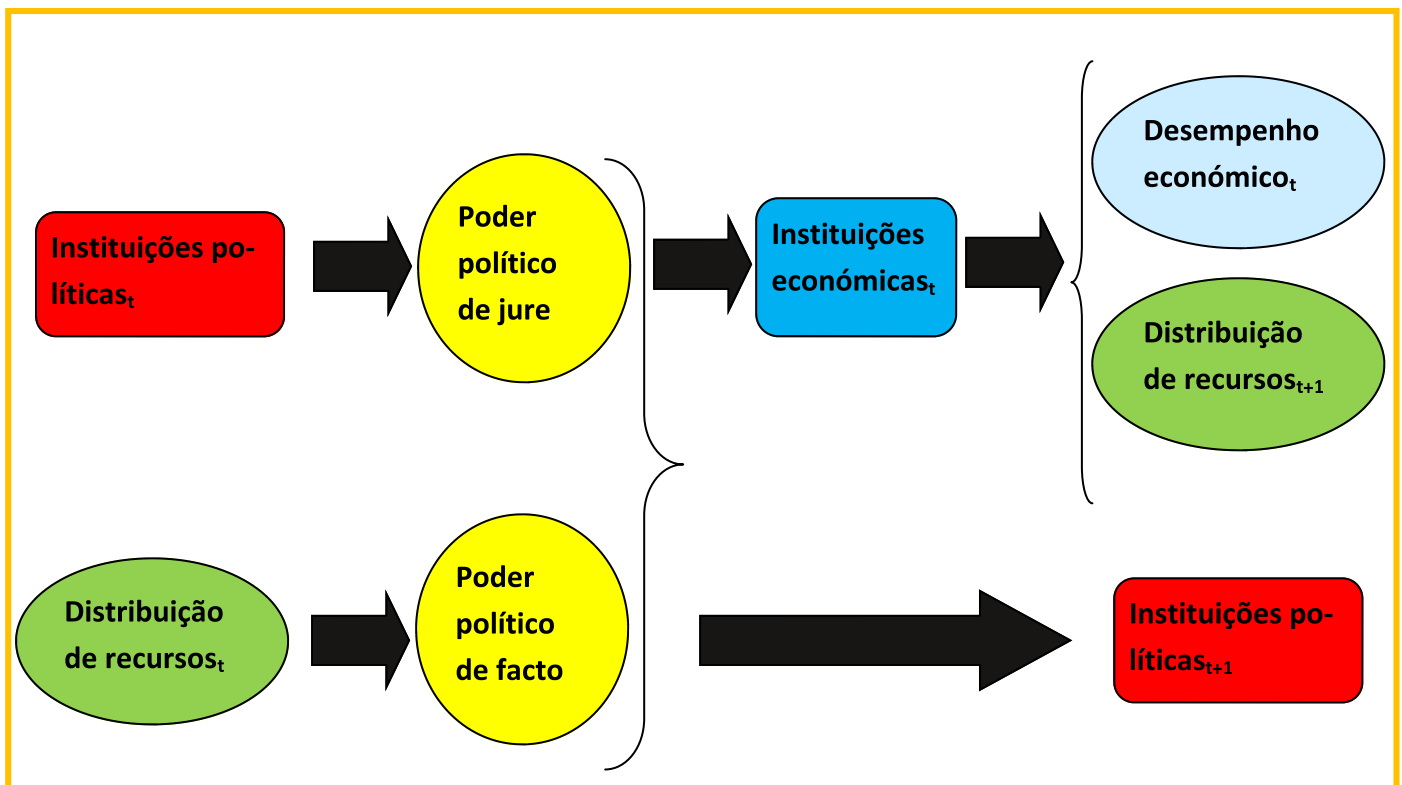
Se uma sociedade governada por uma monarquia absoluta e que toda a terra pertencer a uma casta aristocrática, as instituições políticas (a monarquia absoluta) concedem o poder político *de jure* ao rei, porém a distribuição dos recursos produtivos concede o poder político **de facto** à casta aristocrática. Os recursos produtivos pertencem à aristocracia por causa de uma instituição económica (os direitos de propriedade). É preciso assinalar que a produtividade das terras é muito baixa porque os compatriotas que trabalham assalariados não põem muito interesse no seu cultivo. Isso é uma amostra de como as instituições económicas influenciam tanto na distribuição dos recursos e no desempenho económico. Dada esta situação, aristocracia e monarquia entram em conflito, pois ambos tentam usar todo o seu poder político (*de jure e de facto*) para estabelecer as instituições económicas e políticas que mais lhes beneficiem. O monarca, usando seu poder político, quer introduzir um imposto (instituição económica) de 30% da produção agrícola nas terras da aristocracia e quer que 50% das terras dos aristocratas passem a ser proprie-

¹² Em linhas gerais a tese argumentada por Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson no Capítulo 6 do Handbook of Economic Growth (Vol. 1A) "Institution as the Fundamental Cause of Long-Run Growth" editado por Philippe Aghion e Steven N. Durlauf em 2006.

dade dos paisanos (outra instituição económica), para assim distribuir recursos a o seu favor e de quem os apoia (os paisanos). Porém, a aristocracia se opõe radicalmente à introdução do imposto e exige a criação de um Parlamento em que esteja representada e poder aprovar ou rejeitar as leis promulgadas pelo soberano (instituição política). Depois de muitas disputas chegam ao seguinte acordo: o imposto será apenas de 10%, distribuídos entre os compatriotas em 10% das terras dos aristocratas é criado um Parlamento composto por 50% paisanos e aristocratas e que o rei tenha poder de veto. A concessão de direitos de propriedade aos paisanos melhorou a produtividade nas suas terras. Além de influenciar o desempenho económico das instituições económicas geram uma nova distribuição de recursos. E a história volta a começar.

Baseado neste exemplo pode ser elaborado um diagrama de evolução institucional:

Figura 12: evolução institucional



Nota: O diagrama é tomado de Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robison no Capítulo 6 do Handbook of Economic Growth (Vol. 1A) "Institution as the Fundamental Cause of Lon-Run Growth".

A evolução institucional é produto do conflito entre grupos de interesses. Os grupos de interesses mais poderosos nos hesitarem em impor as instituições políticas e económicas que melhor satisfaçam os seus interesses particulares se têm capacidade para fazê-lo. Embora estas instituições atentem contra a prosperidade de uma sociedade. Consequentemente, não duvidarão em bloquear as mudanças institucionais se estas atentam contra os seus interesses.

As origens coloniais das instituições

Os colonizadores da América -tanto espanhóis e portugueses como britânicos e holandeses-impuseram instituições que protegiam os direitos de propriedade de uns poucos (da oligarquia crioula) nas zonas em que o clima e a presença de um elevado número de habitantes indígenas favoreciam a extração dos recursos naturais com base a exploração da mão-de-obra local, enquanto desenharam instituições que protegiam os direitos de propriedade do conjunto da sociedade onde o clima e a escassa presença de população indígena favorecia a imigração. Esta é a tese argumentada por Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robison num artigo publicado na *American Economic Review*, em 2001, "The Colonial Origins of Comparative Development: an Empirical Investigation". Também os colonizadores europeus da África-independente de sua nacionalidade, implementaram instituições orientadas para extrair os recursos das colônias. Instituições extrativas que sobreviveram à descolonização na mão de oligarquias locais que herdaram o poder dos colonizadores

A capacidade que tem um grupo de interesses em impor as instituições que mais lhe convêm depende do seu poder -tanto político como económico- em relação a outros grupos. Se o poder entre os diferentes grupos está bastante equilibrado então será difícil para alguns deles antepor os seus interesses aos dos demais. Além disso, se uma intensa concorrência económica então existirão poucas rendas do que se apropriar e, portanto os incentivos para a realização atividades de busca de rendas serão escassos. Portanto:

Concorrência política e o surgimento de boas instituições

Na Inglaterra no final da Idade Média existia um grande equilíbrio de poder entre Parlamento e a Coroa. Esta concorrência entre as duas partes dificultava que alguma delas introduzisse leis, normas ou regulamentos que beneficiassem em detrimento da outra parte. Como um resultado desta concorrência, em meados do século XVIII existiam relativamente poucas regulações e nenhum grupo poderia com sucesso bloquear a adopção de novas tecnologias desenvolvidas pelos inovadores¹⁶. Porém, na mesma altura, na França ou Espanha a concorrência política era muito menor porque o poder estava muito concentrado na Coroa, o que lhe permitiu estabelecer regulamentos que garantiam elevados rendimentos, mas que hipotecaram o desenvolvimento económico do país. Esta é a tese de Robert B. Ekelund e Robert D. Tollison, desenvolvida no seu livro de 1991 "Mercantilism as a Rent Seeking Society" lançado pelo College Station: Texas A&M Press e Stephen L. Parente e Edward C. Prescott recolhidos no seu livro "Barriers to Rich" editado por The MIT Press em 2002.

Em 1607 a Virginia Company fundou a primeira colônia britânica na América do Norte. A intenção da empresa era obter suculentos lucros explorando a população indígena. Porém, esta estratégia por razões que não vêm ao caso fracassou. Diante do fracasso a companhia mudou a sua estratégia: já que não podia explorar os índios, exploraria os colonos. Instaurou então um regime draconiano na colônia que lhe permitia apropriar de boa parte das rendas geradas pelos colonos. Porém, estes tinham um ás na manga. Podiam ir viver com os índios. A vida entre eles era muito mais fácil. Os colonos usaram esta ameaça para conseguir modificar as instituições políticas da colônia no seu favor e instaurar um sistema que garantisse as suas propriedades. Talvez este episódio esteja na origem da futura prosperidade dos Estados Unidos. Uma exposição mais ampla desses factos pode-se encontrar no livro "Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty" de Daron Acemoglu e James Robison editado em 2012 pela Crown Publishers.

- * Quanto mais intensa for a concorrência tanto política como económica entre os diferentes grupos de interesse mais difícil será que se adoptem instituições em favor de algum grupo e, portanto, instituições que ameacem a prosperidade.

Para que haja concorrência política o poder não pode estar muito concentrado num indivíduo ou grupo de indivíduos. Por isso:

- * A dispersão e descentralização do poder político e económico promovem a concorrência e, portanto, dificultam o surgimento de instituições que hipotéquem a prosperidade.

Descentralização do poder e da emergência de boas instituições

Por fim, ainda que mais tarde, França, Espanha e outros países do continente Europeu também se incorporaram à senda da prosperidade. A explicação também se encontra na pressão concorrencial. Em particular na pressão concorrencial proveniente da descentralização do poder político. O crescimento económico moderno finalmente emergiu na Europa continental após a Inglaterra começou o seu desenvolvimento devido à concorrência entre os estados soberanos. Os governos não podiam reprimir o progresso económico mantendo instituições que hipotecassem a prosperidade enquanto outros estados estavam crescendo. Se assim fizer então provavelmente seriam invadidos e conquistados pelos Estados mais ricos. Esta tese é argumentada no livro de Joel Mokyr "The Lever of riches: technological creativity and economic progress" publicado em 1990 pela Oxford University Press.

Na China com a chegada ao poder da dinastia Ming em meados do século XIV houve uma concentração do poder nas mãos do imperador que o usou para fazer modificações institucionais que consolidassem o seu poder político e aumentassem o seu poder económico, mas que retrasaram vários séculos o desenvolvimento económico chinês. O atraso chinês perdurou mais tempo que o da Europa continental porque a China carecia de competência ou ameaças externas de invasão. Stephen L. Parente e Edward C. Prescott fazem eco desta tese no seu livro de 2001 "Barriers to Riches" editado por The MIT Press. Estes autores baseiam-se na tese de doutoramento de R. Edwards lida na Universidade de Minnesota em 1999 e publicada no capítulo 12 do livro "Essays in Economic Development" sob o título "China's Economic Development Experience, 900-1900 A.D."

O episódio histórico descrito, além de ilustrar a dinâmica institucional como produto do conflito entre agentes que perseguem os seus próprios interesses e gozam de diferentes graus de poder político e económico, mostra outro aspecto importante:

Na Inglaterra no final da Idade Média existia um grande equilíbrio de poder entre Parlamento e a Coroa. Esta concorrência entre as duas partes dificultava que alguma delas introduzisse leis, normas ou regulamentos que beneficiassem em detrimento da outra parte. Como um resultado desta concorrência, em meados do século XVIII existiam relativamente poucas regulações e nenhum grupo poderia com sucesso bloquear a adoção de novas tecnologias desenvolvidas pelos inovadores. Porém, na mesma altura, na França ou Espanha a concorrência política era muito menor porque o poder estava muito concentrado na Coroa, o que lhe permitiu estabelecer regulamentos que garantiam elevados rendimentos, mas que hipotecaram o desenvolvimento económico do país.

Por fim, ainda que mais tarde, França, Espanha e outros países do continente Europeu também se incorporaram à senda da prosperidade. A explicação também se encontra na pressão concorrencial. Em particular na pressão concorrencial proveniente da descentralização do poder político. O crescimento económico moderno finalmente emergiu na Europa continental após a Inglaterra começou o seu desenvolvimento devido à concorrência entre os estados soberanos. Os governos não podiam reprimir o progresso económico mantendo instituições que hipotecassem a prosperidade enquanto outros estados estavam crescendo. Se assim fizer então provavelmente seriam invadidos e conquistados pelos Estados mais ricos.

Na China com a chegada ao poder da dinastia Ming em meados do século XIV houve uma concentração do poder nas mãos do imperador que o usou para fazer modificações institucionais que consolidassem o seu poder político e aumentassem o seu poder económico, mas que retrasaram vários séculos o desenvolvimento económico chinês. O atraso chinês perdurou mais tempo que o da Europa continental porque a China carecia de competência ou ameaças externas de invasão.

Todos os exemplos dados nos pontos anteriores conduzem à seguinte conclusão:

- * A dispersão e descentralização do poder político e económico promovem a concorrência e, portanto, dificultam o surgimento de instituições que hipotéquem a prosperidade.

7

Conclusões

As instituições políticas e económicas de que se dota um país são o principal condicionante da sua capacidade para empreender o caminho da prosperidade pois:

* As instituições determinam os incentivos que confrontam os indivíduos na sua interação social.

Delas depende que estas interações tenham resultados facilmente previsíveis. Delas depende de que os indivíduos percebam pela frugalidade e o esforço. Delas dependem que os indivíduos canalizem o seus esforços a atividades produtivas. Delas depende que possam realizar todos os potenciais ganhos das interações humanas.

As instituições que fomentam a prosperidade devem estabelecer um sistema de incentivos tal que os indivíduos façam o maior número possível de ações benéficas para os outros e o menor número possível de ações prejudiciais.

Para alcançar este objetivo, as instituições que promovem o desenvolvimento económico devem cumprir quatro funções primordiais:

- * Proteger os direitos de propriedade e garantir o cumprimento dos contratos, a fim de que os indivíduos tenham os incentivos necessários à frugalidade, o esforço, a acumulação e a inovação.
- * Não impedir os tratamentos livres e voluntários para que possam explorar todos os possíveis ganhos das interações humanas.
- * Estabelecer um quadro estável em que o risco seja o mínimo possível, a fim de reduzir tanto quanto possível a incerteza sobre o futuro e assim incentivar a frugalidade, o esforço, a acumulação e a inovação.
- * Estabelecer um quadro em que os indivíduos ou grupos de indivíduos não tenham privilégios legais que os capacitem para desenvolver atividades de procura de renda.

A evolução institucional obedece à lógica do conflito, pois as instituições sob o resultado da luta entre grupos de interesses mantendo um diferente poder relativo, tanto económico como político, tentando modelar as instituições com o intuito de que contribuam para manter ou aumentar esse mesmo poder. Portanto, as instituições não obedecem à lógica da eficiência. Não se desenvolvem de modo a maximizar o bem estar social. Por isso, os grupos mais poderosos implementarão instituições que contribuam para satisfazer os seus interesses, não a promover o desenvolvimento económico. E tentarão bloquear qualquer evolução institucional que ponha questão os seus interesses.

A concorrência económica e política constitui a pedra angular que permite evitar que alguns grupos de interesses anteponham os seus interesses aos de outros grupos. A concorrência dificulta para que se ponham em prática instituições que ameacem a prosperidade.

Para saber mais...

1. O livro de David N. Weil *Economic Growth* editado em 2005 por Pearson Addison Wesley e o livro de Charles I. Jones *Introdução à teoria do crescimento económico* de 2000 da Editora Campus, oferecem boas introduções à literatura tanto empírica como teórica sobre crescimento económico. Os livros contêm capítulos em que se discute o papel das instituições no desenvolvimento económico.
2. O livro de Daron Acemoglu *Introduction to Modern Economic Growth* editado por Princeton University Press oferece um tratamento mais avançado. O livro também contém capítulos em que se discute o papel das instituições no desenvolvimento económico.
3. No livro *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty* de Daron Acemoglu e James Robinson editado em 2012 pela Crown Publishers analisam muitos episódios históricos que corroboram o papel crítico que as instituições desempenham no sucesso ou fracasso das nações.

RESUMO

1. As instituições são as regras do jogo numa sociedade ou, mais formalmente, são as restrições elaboradas pela ação humana que determinam as interações humanas. Um incentivo é algo que motiva um indivíduo a realizar uma ação. As instituições constam tanto de restrições formais e informais como do modo em que se aplicam e fazem cumprir.
2. As instituições que fomentam a prosperidade devem definir a estrutura de incentivos que induzam os indivíduos a realizar o maior número possível de ações benéficas para o maior número possível de indivíduos ao mesmo tempo em que realizam o menor número possível de ações prejudiciais para o menor número possível de pessoas.
3. As atividades de procura de renda são aquelas que são destinadas a transferir renda de uns indivíduos para outros. As atividades de procura de lucros são aquelas resultam na produção de algo útil para os outros. As atividades de procura de renda têm dois efeitos perniciosos sobre a produtividade: (i) a procura de rendas desincentivadas o investimento produtivo, pois atua como um encargo que reduz a rentabilidade dos investimentos e uma trava que impossibilita e (ii) a procura de rendas substitui os investimentos produtivos, pois os recursos destinam-se à procura de rendas e proteger-se contra a mesma.
4. A função primordial deve ser proteger a propriedade privada e garantir o cumprimento dos contratos. Por três motivos: (i) Os indivíduos se apropriam dos rendimentos de suas ações e esta é uma condição necessária para que geralmente os indivíduos tenham incentivos ao esforço e à frugalidade, sustento ambos da prosperidade, (ii), além disso, se as instituições realizam eficientemente estas tarefas, favorecerão os negócios ao reduzir os custos transacionais e (iii) atrapalham as atividades de procura de rendas.
5. Não impor barreiras ao comércio promove a prosperidade de uma nação por várias razões: (i) Facilita a especialização produtiva nas tarefas em que os indivíduos são relativamente mais eficientes, (ii) favorecer a adoção de tecnologia, (iii) incentiva a inovação e (iv) fomenta a concorrência.
6. A redução do risco promove os investimentos produtivos de indivíduos adversos ao risco. Uma fonte importante de incerteza é introduzida pela própria administração do Estado se atua discricionally e arbitrariamente ou se muda frequentemente o ambiente regulatório. Para minimizar o risco é necessário um ambiente macroeconómico de estabilidade tanto fiscal como monetário. Os conflitos redistributivos são também uma importante fonte de risco.
7. Se o Estado concede privilégios legais para um grupo de indivíduos e não a outros estes usarão esses privilégios para realizar atividades de procura de renda. As leis, normas e regulamentos estadu-

ais são usados muitas vezes para desenvolver atividades de procura de renda. Além disso, a proliferação de regulamentos estaduais é o germe da corrupção.

8. Uma das grandes ameaças para a prosperidade de uma sociedade é que os grupos de pressão sempre irão tentar manipular as instituições no seu próprio benefício para assim obter rendas. A razão pela qual os grupos de interesse triunfam muitas vezes nas suas reivindicações é que os benefícios das leis, regulamentos e políticas estaduais estão concentrados e os seus custos muito dispersos.
9. As regulamentações estaduais que concedem privilégios legais para um grupo de indivíduos concedem a estes a possibilidade de bloquear a adopção de melhores métodos de produção e das melhores práticas de trabalho. São feitas de três maneiras: (i) podem impedir que as empresas mudassem a melhores práticas de trabalho e métodos de produção, (ii) podem proteger a indústria da entrada de novas empresas que usam métodos mais produtivos (iii) podem conceder a capacidade para um grupo de indivíduos de bloquear a introdução de novas tecnologias.
10. As instituições são produto do conflito entre pessoas ou grupos de pessoas perseguindo interesses diferentes e, muito frequentemente, antagónicos e que gozam de diferentes graus de poder. Quanto mais intensa for a concorrência tanto política como económica entre os diferentes grupos de interesse mais difícil será que se adoptem instituições em favor de algum grupo e, portanto, instituições que ameacem a prosperidade. A dispersão e descentralização do poder político e económico promovem a concorrência e, portanto, dificultam o surgimento de instituições que hipotéquem a prosperidade.

ATIVIDADES

1. O que é uma instituição? O que é um incentivo? Ponha vários exemplos de instituições e argumente como influenciam nos incentivos que enfrentam as pessoas.
2. O que são atividades de procura de renda? Conhece algum exemplo no seu ambiente de tais atividades?
3. Acha que colar numa prova é uma atividade de procura de rendas. Argumente.
4. "Proibido colar numa prova", "Está reprovado se é surpreendido colando", "Os que mais sabem levam as melhores notas." Identifique a instituição, o incentivo e o resultado.
5. Considere duas maneiras de distribuir videogames. A forma A: os videogames são apinhados sobre a mesa do professor e o primeiro que os apanhar serão dele. A forma B: um videogame é dado a cada aluno aleatoriamente e depois é permitido que fizessem todas as trocas que precisarem. Descreva quais são as consequências de ambos os modos de distribuir os videogames?
6. Qual é a razão pela qual a garantia da propriedade privada e do cumprimento dos contratos favorece as ações produtivas? Argumente.
7. Tem para escolher duas alternativas. Alternativa A: com total segurança se lhe oferecem 5000 euros. Alternativa B: é tirada uma moeda ao ar, se sair cara 20.000 euros lhe serão entregues e se sair coroa terá que aportar 10.000 euros. Que alternativa prefere?
8. Quais são as vantagens de que uma economia esteja aberta ao exterior?
9. Todos os dias até o fim de curso serão repartidos 1.000 euros entre os membros da sala de aula, seguindo três regras de partilha. Regra A: todos os dias serão dados os 1.000 euros a Joãozinho. Regra B: cada dia serão sorteados os 1.000 euros entre os membros da sala de maneira aleatória. Regra C: cada dia serão repartidos os 1.000 euros em partes iguais entre os membros da sala. O que é que faria em cada caso?
10. O que é que pensaria se o professor mudasse cada semana o conteúdo da matéria e o sistema de avaliação? Facilitaria os estudos?
11. O seu professor concede ao menos aplicado da sala o privilégio de fixar a matéria que entra no teste. Entrará muita ou pouca matéria? Acha que sairá beneficiado ou prejudicado pela decisão do menos aplicado? Acha esta decisão melhor para a sua formação? E se for o mais aplicado quem tivesse este privilégio, que é que vai acontecer? E se for o professor?

